



PG-033 – Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa – Etapa 3

Junho/18

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
03/07/17	00	Emissão Inicial
16/10/17	01	Revisão realizada entre a definição da etapa 01 e da etapa 03 e em função das contribuições do Encontro de Prosa e Saberes
14/02/18	02	Revisão realizada em função das seguintes contribuições: Oficina Diálogos com a Gestão Pública; contribuições virtuais e da Nota Técnica nº 003 de 12 de dezembro de 2017 da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT.
30/04/2018	03	Revisão realizada em função da Nota Técnica nº 007 de 20 de março de 2018 da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT.
13/06/2018	04	Revisão realizada em função da reunião extraordinária com Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT, representantes da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, representantes da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).
25/06/2018	05	Revisão realizada em função da Nota Técnica nº 011 de 18 de junho de 2018 da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo – CT-ECT.

SUMÁRIO

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA.....	2
1. Sumário executivo	1
2. Objetivo	6
3. Metodologia utilizada	6
4. Declaração do programa	7
Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições	7
Divulgação do Programa.....	9
Ações realizadas e em andamento	9
Mobilização do conhecimento e identificação das soluções	10
Solução Construída e Fundamentação Teórico-Metodológica.....	17
Estratégia de engajamento dos stakeholders para execução	25
Interface com outros Programas.....	25
Processo/Projetos do programa	27
Papeis e Responsabilidades.....	58
5 Plano de resultados.....	59
Indicadores do Programa.....	59
Fichas dos indicadores.....	61
Critérios para encerramento do programa.....	75
Monitoramento e Avaliação	75
6 Referências Bibliográficas	78
Bibliografia consultada	80
7 Anexos	83

1. Sumário executivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC):

CLÁUSULA 172: A FUNDAÇÃO deverá implantar medidas de educação ambiental em parceria com as Prefeituras dos municípios localizados na ÁREA AMBIENTAL 1¹, em conformidade com a Lei Federal nº 9.795/1999 e seu decreto regulamentador nº 4.281/2002.

Parágrafo Primeiro: Essas medidas deverão ser iniciadas até 6 meses a contar com a data da assinatura deste Acordo e serão mantidas pelo prazo de 10 anos, a contar do seu início.²

Parágrafo Segundo: O programa de educação ambiental deverá abranger, além dos conteúdos previstos em lei, informações referentes às emergências ambientais.

O Programa de Educação Ambiental está proposto no âmbito da **compensação** pelos impactos do rompimento da Barragem de Fundão, implicando a adoção de medidas e valores alternativos, não necessariamente relacionados ao impacto direto do ocorrido.

Considerando que a área de conhecimento - *Educação Ambiental* - está permeada por diversos campos teóricos e pedagógicos, legítimos, suscitando diferentes

¹ Vale esclarecer que a Área Ambiental 01, definidas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta são: “as áreas abrangidas pela deposição de rejeitos nas calhas e margens dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, considerando os respectivos trechos dos seus formadores e tributários, bem como as regiões estuarinas, costeiras e marinha na porção impactada pelo EVENTO”. Contudo, o presente programa, trabalhará não só onde houve reposição de rejeito, mas todo recorte municipal, por isso seu recorte será os municípios da área de abrangência socioeconômica, acrescidos das nova áreas indicadas na deliberação CIF nº 58 de 31 de março de 2017 e de Ponte Nova, conforme ofício: Ofício nº 39/2018/DCI/GABIN-IBAMA (Anexo 01).

² Quanto ao prazo, vale esclarecer que a Fundação Renova acordou junto à Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo que o prazo de 10 anos passaria a ser contado a partir da aprovação pelo Comitê Interfederativo (CIF), desta definição.

interpretações, nomeou-se o Programa de Educação Ambiental por **Educação para a Revitalização da bacia do Rio Doce** para dar enfoque ao objeto de intervenção, que se quer transformar, **a Bacia do Rio Doce**.

Sendo assim, seu objetivo é desenvolver processos educativos para a revitalização da Bacia do Rio Doce.

Para atendimento desse objetivo, entende-se a necessidade de promover a participação, a organização e o controle social, a governança democrática e as práticas e tecnologias sociais, com vistas à revitalização. Assim, foram definidos projetos e processo a serem implementados durante a execução do programa.

Na tabela abaixo, estão descritos os objetivos dos projetos e processo que integram o programa.

Processo/Projetos	Objetivos
Processo Interfaces Educação para Planejamento de Território Sustentáveis	Apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos nas ações da Fundação Renova.
Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce.
Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Capacitar a comunidade escolar (gestores e educadores) para refletirem e transformarem seus modelos de educação à luz da Revitalização do Rio Doce, e materializando esses novos modelos criando espaços educadores experimentais.
Projeto Formação de Lideranças Jovens	Oportunizar processos formativos de engajamento e qualificação de jovens para elaborar e implantar projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural da bacia do Rio Doce.

Tabela 1: Relação de Projetos do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar o alcance dos objetivos, foram definidos os indicadores listados na tabela abaixo. É importante esclarecer que os números absolutos serão apresentados no detalhamento dos projetos executivos, após aprovação do escopo deste programa pelo Comitê Interfederativo (CIF), permitindo uma melhor visualização e acompanhamento dos indicadores. Além disso, serão constituídos indicadores de efetividade e prognóstico do programa, conforme descrito no item *Indicadores do Programa*.

Tabela 2: Indicadores do programa.

INDICADOR	UNIDADE	META
I01 – Percentual de planos participativos de futuro aprovados.	%	50% em relação à linha de base (número de planos participativos de futuro previstos por famílias/atores/comunidades inscritas/beneficiadas pelos programas da Fundação Renova - a ser definido nos planejamentos e redesenho de programas/projetos).
I02 – Percentual de eventos realizados para capacitação e engajamento dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova.	%	100% em relação aos eventos demandados/planejados.
I03 – Percentual de instituições capacitadas.	%	50% em relação à linha de base (instituições mapeadas).
I04 – Percentual de coletivos educadores formados.	%	50% das instituições capacitadas formando coletivos.
I05 – Percentual de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) entregues.	%	100% dos municípios que aderirem à proposta dos PPPTs.
I06 – Percentual de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) implementados.	%	50% dos projetos políticos pedagógicos territoriais implementados.
I07 – Percentual de gestores públicos capacitados pelo curso à distância.	%	50% em relação à linha de base (inscritos).
I08 – Percentual de professores da rede pública capacitados pelo curso de Formação de Facilitadores.	%	50% em relação à linha de base (inscritos).
I09 – Percentual de Escolas Experimentais para a Revitalização da Bacia do Rio Doce implantadas.	%	100% em relação à linha de base (pelo menos uma escola por município implantada).
I10 – Percentual de jovens capacitados.	%	80% (em relação à linha de base: número de jovens inscritos).
I11 – Percentual de editais lançados.	%	100% (em relação à linha de base: 1 edital por ciclo, total de 4 editais).

I12 – Percentual de projetos de liderança juvenil implementados.	%	10% (em relação à linha de base: projetos selecionados pelos editais).
--	---	--

O encerramento do programa será realizado num prazo de dez anos após aprovação desta definição pelo CIF, de acordo com a cláusula 172 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC e de acordo com os critérios abaixo:

- O Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização se encerra quando as ações previstas nos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais forem implementadas (conforme indicador I06).
- O Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce se encerra quando todos os municípios tiverem os cursos de formação realizados e pelo menos 01 (uma) escola experimental para revitalização da Bacia do Rio Doce for implantada em cada município impactado (conforme indicador I09).
- O Projeto de Formação de Lideranças Jovens se encerra quando pelos menos 10% dos projetos de liderança juvenil selecionados forem implementados (conforme indicador I12).

2. Objetivo

Este documento tem como finalidade formalizar as entregas da fase de definição do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), de forma a explicitar seus objetivos, escopo e resultados esperados. Além disto, são descritos os indicadores de resultado e os critérios para encerramento do programa.

3. Metodologia utilizada

A figura abaixo demonstra a abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento dos programas que estão sob responsabilidade da Fundação Renova.

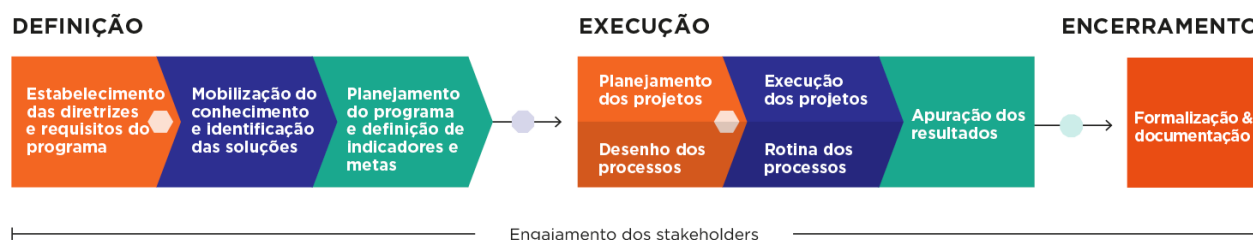


Figura 1- Ciclo de vida do programa.

A etapa de definição do programa é fundamental para garantir que todas as questões relevantes necessárias para a definição do escopo e dos resultados esperados estejam claramente explicitadas entre a Fundação e as partes interessadas, representadas para este fim pelo Comitê Interfederativo - CIF e Câmaras Técnicas. A formalização e registro destas definições servirão como base para que os programas sejam dados por encerrados após o término de sua execução.

4. Declaração do programa

Objetivos, diretrizes, requisitos, premissas e restrições

Objetivos:

O programa tem como objetivo geral, desenvolver processos educativos que visam a promoção de uma cultura de sustentabilidade para revitalização da Bacia do Rio Doce.

Objetivos específicos:

- Apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos;
- Promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce;
- Capacitar a comunidade escolar (gestores e educadores) para refletirem e transformarem seus modelos de educação à luz da Revitalização do Rio Doce, e materializando esses novos modelos criando espaços educadores experimentais; e
- Oportunizar processos formativos de engajamento e qualificação de jovens para elaborar e implantar projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural da bacia do Rio Doce.

Diretrizes:

Para tratar a complexidade do problema e do programa, definiu-se uma série de diretrizes que buscam nortear suas ações. O anexo 06 elenca, de maneira sucinta, quais

são elas. Além disso buscou-se tratar tais questões sob a ótica de concepção dos projetos, descrito no item 4.4 - solução construída.

Requisitos:

- O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei Federal 9.795/1999) e seu decreto nº 4.281/2002. De acordo com a Lei, a educação ambiental envolve a promoção de processos pedagógicos que favoreçam a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conquista da **sustentabilidade socioambiental e a melhoria da qualidade de vida**. Em seu artigo primeiro, define a educação ambiental como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Premissas:

- Destinação de verba compensatória para ações do programa;
- Entendimento de que o processo de revitalização não se restringe às ações da Fundação Renova;
- Inserção da participação social no desenho e redesenho dos programas;
- Aprovação das ações de interface pelas Câmaras Técnicas responsáveis;
- Disposição das instituições e atores locais em participar dos processos e projetos de revitalização da Bacia do Rio Doce; e
- Disposição das prefeituras em implantar políticas, programas ou projetos para revitalização da Bacia do Rio Doce.

Divulgação do Programa

De acordo com a orientação da Nota Técnica nº 007 de 20 de março de 2018, da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo, toda a divulgação do Programa, seja por meio físico ou virtual, na forma de imagens ou sons, uma tarja padrão que informe tratar-se de programa de compensação em função do desastre ambiental ocorrido em novembro de 2015 na Bacia do Rio Doce, decorrente do rompimento de barragem de mineração.

Ações realizadas e em andamento

As ações realizadas e em andamento pelo programa podem ser organizadas em duas fases, emergencial e de estruturação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Na fase emergencial, ocorrida entre os meses de julho de 2016 a dezembro de 2017, o programa atuou de forma pontual atendendo demandas das comunidades diretamente impactadas pelo rompimento da Barragem. Desta forma, realizou palestras, rodas de conversas, apresentação artística e passeios ecológicos que envolveram 641 pessoas dos municípios de Mariana e Barra Longa.

Além disso, algumas parcerias foram firmadas a fim de testar modelos a serem implementados com a execução do programa. A exemplo do Instituto Pelo Bem do Planeta, com o Projeto Douradinho, voltado para comunidade escolar e o Plant For The Planet (Plantando pelo Planeta), que forma jovens para atuarem com os embaixadores da justiça climática.

Com relação à estruturação do programa, foram realizadas reuniões com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo para definição da estratégia de construção participativa, assim como mobilização para conhecimento de atores para colaboração.

Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

Entendendo que a necessidade de revitalização da bacia do rio Doce antecede o desastre socioambiental, advindo do rompimento da barragem de Fundão, ocorrida em 05 de novembro de 2015, mas que se amplifica e torna-se ainda mais complexa a partir dele, fica premente a estruturação de um conjunto de iniciativas que levem em conta as várias dimensões entrelaçadas (ambiental, econômica, social e cultural) para o empreendimento de um novo horizonte de recuperação/revitalização da bacia.

Nenhuma instituição seria capaz de empreender com efetividade essas iniciativas de maneira isolada, o que requer um processo de sensibilização, formação, envolvimento e comprometimento da diversidade de atores presentes no território da bacia do Rio Doce.

Desta maneira, a Fundação Renova se coloca como catalisadora e promotora de ações coletivas, em rede, buscando envolver a diversidade de atores da bacia.

Assim, é necessário não apenas criar um ambiente institucional e social propício ao desenvolvimento dessas ações, mas também apoiar, preparar, formar e instrumentalizar pessoas, instituições e comunidades para que as ações sejam integradas, reforcem sua efetividade e sustentabilidade.

Neste sentido, o Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce conduzido pela Fundação Renova, foi concebido e está sendo construído, de modo participativo, com o intuito de promover a participação social para a revitalização da bacia do Doce.

A elaboração do programa está baseada em processos de levantamento de demandas, investigação apreciativa e, principalmente, no compromisso com o processo de planejamento colaborativo e participativo. A figura abaixo demonstra a linha do tempo com as principais etapas e prazos desta construção:

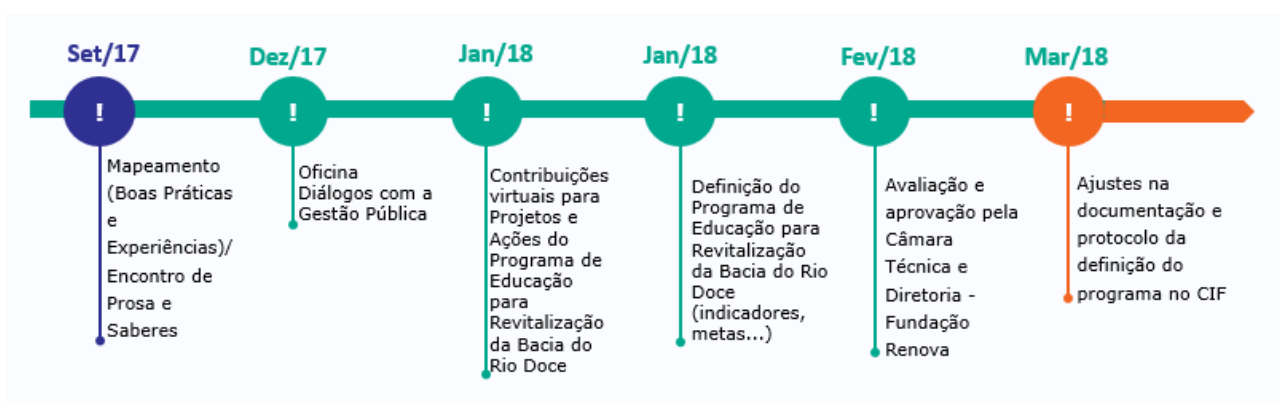


Figura 2: Linha do Tempo de Elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

4.1.1 O Encontro de Prosa e Saberes

Realizado como marco do processo participativo de construção do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, o Encontro de Prosa e Saberes teve por objetivo o mapeamento, a aproximação e o intercâmbio de experiências e boas práticas para a revitalização do Rio Doce.

O Encontro valorizou as experiências oriundas da própria bacia do Rio Doce, e também proporcionou a inserção de experiências de fora da bacia que são portadoras de elementos inspiradores e de potencial de replicabilidade para o desenvolvimento de práticas de recuperação.

As experiências inspiradoras de educação e revitalização

Por meio de um chamamento público, foram inscritas 63 experiências de educação ambiental e revitalização, dentre as quais, 43 foram selecionadas e 39 participaram do Encontro de Prosa e Saberes. Além de instituições do terceiro setor, públicas e privadas, experiências comunitárias realizadas por atores sociais sem vínculos institucionais, também participaram deste processo, conforme demonstra a figura abaixo:

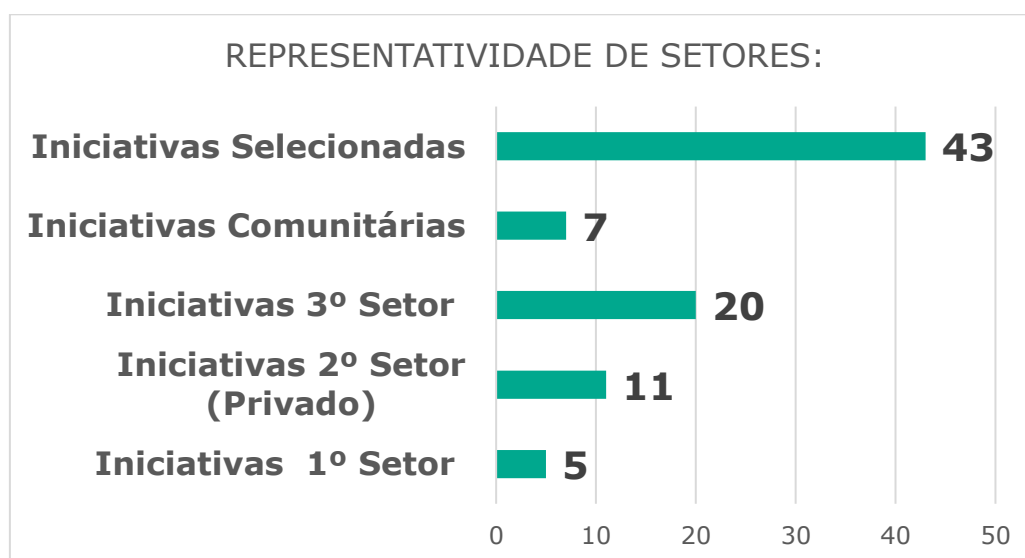


Figura 3: Representatividade de setores selecionados na Chamada de Experiências

As experiências foram apresentadas por meio de dinâmicas coletivas e trabalhos em grupo, nos quais se buscou entender o que motiva a participação no encontro e o compartilhamento de experiências. Também se buscou identificar, a partir da escuta e do diálogo, o potencial de replicabilidade de cada experiência, o que elas possuem em comum e como construir uma dinâmica de cooperação e atuação em rede em prol da recuperação da Bacia do Rio Doce.

Apontar o que deve e pode ser feito para a recuperação da Bacia do Rio Doce é um desafio instigante para o qual os participantes do Encontro encaminharam uma

variedade convergente de proposições. O desafio mais latente é transcender da esfera individual para a esfera da atuação coletiva e da construção compartilhada de soluções.

As proposições apontadas pelos participantes no encontro foram sistematizadas, interpretadas e reorganizadas em 06 categorias de análise: Governança Hídrica; vocações econômicas sustentáveis; ações corretivas e preventivas; dimensão humana, pertencimento e participação social; rede de experiências e políticas de educação ambiental. De modo geral, elas estão refletidas nos projetos do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do rio Doce. Essas categorias e suas relações com os subprogramas³ constam no Relatório Analítico do Encontro de Prosa e Saberes, anexo 02, deste documento.

4.1.2 A Oficina Diálogos com a Gestão Pública

A segunda etapa de construção participativa do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce foi a Oficina Diálogos com a Gestão Pública, realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017, em Governador Valadares-MG, voltada principalmente para gestores públicos municipais, estaduais e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-DOCE) e de seus afluentes.

A oficina que contou com a participação de gestores públicos da área de educação e meio ambiente da maioria dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão⁴, além de representantes do Governo de Minas Gerais, Espírito Santo e de 07

³ A nomenclatura de subprograma foi substituída por projetos e processo em função das discussões com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e por se entender que a nomenclatura sugerida está mais relacionada ao nível operacional do que os programas.

⁴ Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Aimorés, Barra Longa, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Fernandes Tourinho, Galileia, Governador Valadares, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Mariana, Marilândia, Naque, Periquito, Resplendor, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata, Sobralia, Timóteo, Tumiritinga.

Comitês de Bacia do Rio Doce⁵ e especialistas da área, foi programada para acontecer de forma participativa, anteparada em metodologias e dinâmicas que valorizam o diálogo e a construção coletiva.

Na oficina foi destacado a importância das políticas públicas ancoradas na realidade socioambiental; no desenvolvimento de capacidades de gestores públicos, educadores e lideranças comunitárias e na valorização do protagonismo das escolas.

O detalhamento da oficina, assim como o embasamento teórico-metodológico, as principais contribuições dos participantes e dos especialistas, assim como o cardápio que poderá ser utilizado na execução deste programa, podem ser conferidas no Anexo 03: Relatório Analítico da Oficina Diálogos com a Gestão Pública.

4.1.3 Contribuições virtuais

Os encontros anteriores possibilitaram uma proposição do programa em três linhas de ação (subprogramas⁶) com objetivos, área de abrangência, público alvo, ações e produtos que foram submetidos à consulta e contribuição dos envolvidos na elaboração deste programa, a partir de uma plataforma virtual. Os resultados desta etapa podem ser conferidos no Relatório de Monitoramento, constantes no Anexo 07.

4.1.4 Articulação Intersectorial – Fundação Renova

Além dos encontros promovidos com o público externo foram realizadas reuniões com outras áreas da Fundação Renova para entender e estabelecer o papel/interfaces da educação nos processos de reparação e compensação desenvolvidos em diversos programas.

⁵ CBH-Doce, CBBH-Barra Seca e Foz do Rio Doce/ES, CBH Santa Maria do Doce/ES, CBH-Santa Joana/ES, CBH-Piracicaba/MG, CBH-Piranga/MG e CBH-Suaçuí/MG.

⁶ Idem comentário 3.

Até o momento da elaboração deste programa foi construída a interface com os Programas de Recuperação de Nascentes e de APPs.

Igualmente importante foi a articulação com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e Turismo que contribuiu com toda proposta de elaboração participativa e as principais diretrizes do programa.

4.1.5 Histórico de Engajamento do stakeholders

Os principais stakeholders envolvidos na construção da solução e posteriormente chaves para a execução do programa foram:

- A **Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo e Turismo**, que construiu com a equipe da Fundação Renova a proposta de elaboração participativa do programa e contribuiu com a proposição das suas principais diretrizes.
- As **instituições/pessoas que desenvolvem processos educacionais e práticas de revitalização na Bacia do Rio Doce (organizações de base social e comunitária, escolas, universidades, organizações não governamentais, empresas e poder público)**, que foi alvo de interlocuções durante o Encontro de Prosa e Saberes, e que será peça chave na execução do programa, visto que um dos projetos propostos, consiste no fortalecimento destas instituições para atuarem de forma colaborativa em rede, em ações estruturantes de educação para revitalização da Bacia do Rio Doce.
- As **secretarias municipais/estaduais de educação e meio ambiente e os Comitês de Bacia do Rio Doce**, que participaram da Oficina Diálogos com a Gestão Pública, e serão atores chaves na elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais e na formação de educadores e implantação das escolas experimentais, ações previstas no Projeto de Fortalecimento de Rede e de Políticas Públicas para Revitalização da Bacia do Rio

Doce e no Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização.

- As **outras áreas e programas da Fundação Renova**, principalmente a de Uso Sustentável da Terra, se mostraram importantes stakeholders no processo de elaboração das estratégias de mobilização, formação e engajamento dos atores sociais envolvidos em seus programas. No Processo de Interface com a Educação, pretende-se desenvolver processos educativos que permitam aos atores envolvidos nas ações da Fundação Renova construir planos de futuro para subsidiar o desenvolvimento local.

Na tabela abaixo estão descritas de forma resumida as ações de engajamento que foram executadas para construção da solução para este programa.

Tabela 3: Histórico de engajamento com os stakeholders.

STAKEHOLDERS	HISTÓRICO DE ENGAJAMENTO
Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões periódicas; • Alinhamentos conceituais; • Elaboração de estratégias para construção participativa do programa; e • Definição das principais diretrizes do programa.
Instituições/pessoas que desenvolvem processos de educação e revitalização de bacia	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento das experiências/boas práticas relevantes à educação e revitalização da Bacia do Rio Doce através de uma chamada pública; • Seleção e mobilização das instituições/pessoas para participarem do Encontro de Prosa e Saberes para Revitalização da Bacia do Rio Doce; e • Realização do Encontro de Prosa e Saberes que permitiu: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer o contexto dos territórios e das pessoas e instituições que fazem a diferença: qual suas dificuldades, que inovação e ideias trazem para o processo, o que têm a ensinar e aprender no processo; ▪ Colaboração no processo de elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.
Secretarias municipais/estaduais de educação e meio ambiente e os Comitês de Bacia do Rio Doce	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilização (visitas e convites) para participação na Oficina Diálogos com a Gestão Pública; ▪ Realização da Oficina Diálogos com a Gestão Pública; e ▪ Colaboração no processo de elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Outras áreas da Fundação Renova
– Usos Sustentável da Terra

- Articulação intersetorial;
- Realização de reuniões periódicas; e
- Elaboração de Proposta Integrada de Recuperação de Nascentes e Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Solução Construída e Fundamentação Teórico-Metodológica

Conforme detalhado anteriormente a elaboração do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce foi ancorada em um planejamento participativo, colaborativo e de articulações internas com a própria instituição.

Essas etapas possibilitaram um entendimento de que o processo de revitalização da bacia do Rio Doce, não se inicia com a institucionalização da Fundação Renova e tão pouco se finda ali. Por isso, a concepção do programa parte do reconhecimento das peculiaridades dos diversos territórios, da diversidade de atores (institucionais e sociais) e de suas dinâmicas e responsabilidades próprias (buscando uma combinação de processos sociais horizontais com as estruturas verticalizadas das instituições).

A estrutura de processo e projetos apresentada pelo Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, representa o esforço de sistematizar os resultados das reflexões e contribuições realizadas na fase de mobilização do conhecimento (item 4.3), além das Notas Técnica números: 003/2017, 007/2018 e 011/2018 elaboradas pela Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo (Anexo 04).

O Programa tem na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), o seu fundamento legal e no planejamento territorial e na práxis, o seu eixo teórico-metodológico.

Sendo assim, a metodologia proposta para todos os projetos e processo do programa assume a estratégia de realizar leituras dos territórios e de suas realidades, a partir do olhar das pessoas que vivem nestes espaços, possibilitando reflexões sobre as práticas estabelecidas (passado/presente) e o planejamento partilhado do futuro

repensado/desejado (transformação/revitalização). Na visão de Quintas, essas leituras se realizam:

(...) sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório. Aqui se acredita que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, a pessoa também estará se transformando. (Quintas, 2004, p.130).

No espaço pedagógico é a partir destas leituras que se propõem a saída da teoria para prática, a práxis. O que se pretende é que ao trazer conhecimento sobre os territórios (teoria), são geradas reflexões (absorção do conhecimento, crítica, interação social) e daí a formação da experiência, da criação ou melhoramento das práticas. De modo geral, podemos ilustrar esse processo em três etapas, conforme figura abaixo:

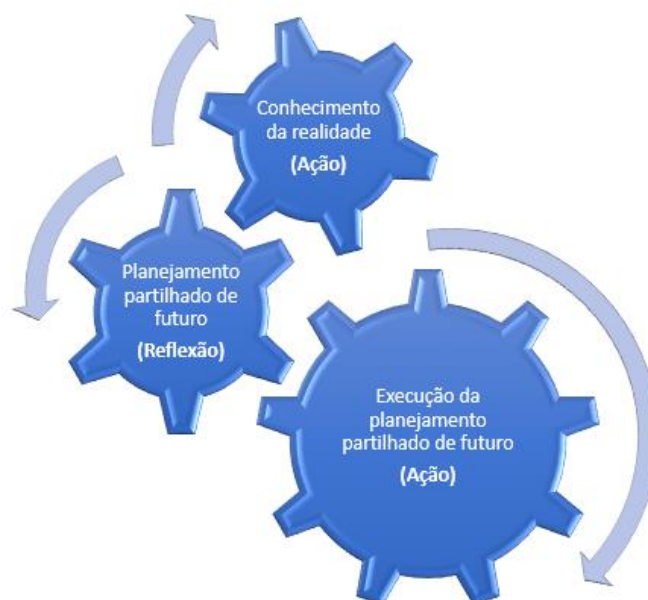


Figura 4: Principal Eixo Teórico-Metodológico do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Complementarmente à teoria da práxis, o Programa se apropria de três conceitos básicos para fundamentar a proposição de seus projetos: Revitalização de bacia, desenvolvimento territorial e paisagem.

O termo **revitalização de bacia**, considerado como conceito chave para o programa ainda é um termo em construção no Brasil. Para Brasil (2005) e para Limeira (2008), revitalizar significa renovar a vitalidade do território como um ecossistema integral, criando condições favoráveis à convivência harmoniosa entre o homem e a natureza a partir da realidade socioeconômica do espaço, com vistas a sua sustentabilidade.

A revitalização de bacia hidrográfica, segundo Machado (2008), é o conjunto de ações planejadas com o objetivo de adequar a gestão dos recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais da bacia mediante a despoluição da água de esgotos e agrotóxicos, a conservação de solos, a convivência com a diversidade climática, o reflorestamento e recomposição de matas ciliares, a gestão e monitoramento da bacia, a gestão integrada dos resíduos sólidos, a educação ambiental e a criação e manejo de unidades de conservação e preservação da biodiversidade.

Ao se propor uma educação para revitalização, o programa buscará formas de renovar, re-significar a vitalidade dos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, a partir da interpretação e entendimento das paisagens, com vistas à sustentabilidade ambiental, econômica social e cultural.

Para isso, parte-se do conceito de **desenvolvimento territorial** aqui entendido como um processo de base comunitária conectado ao território e aos elementos territoriais, como as comunidades, os recursos materiais e imateriais e as redes que conectam esses territórios a outros territórios.

A partir desses elementos e buscando a revitalização dos territórios atendidos pelas ações da Fundação Renova por um processo educacional e, assim, legitimado pela comunidade local, o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce prevê ações que potencializem esses elementos e assim, favoreçam o desenvolvimento local das comunidades atendidas.

A figura abaixo, complementa fundamentação teórico-metodológica do programa e sintetiza a relação de cada um dos projetos previstos no escopo do referido Programa com os elementos do desenvolvimento territorial.

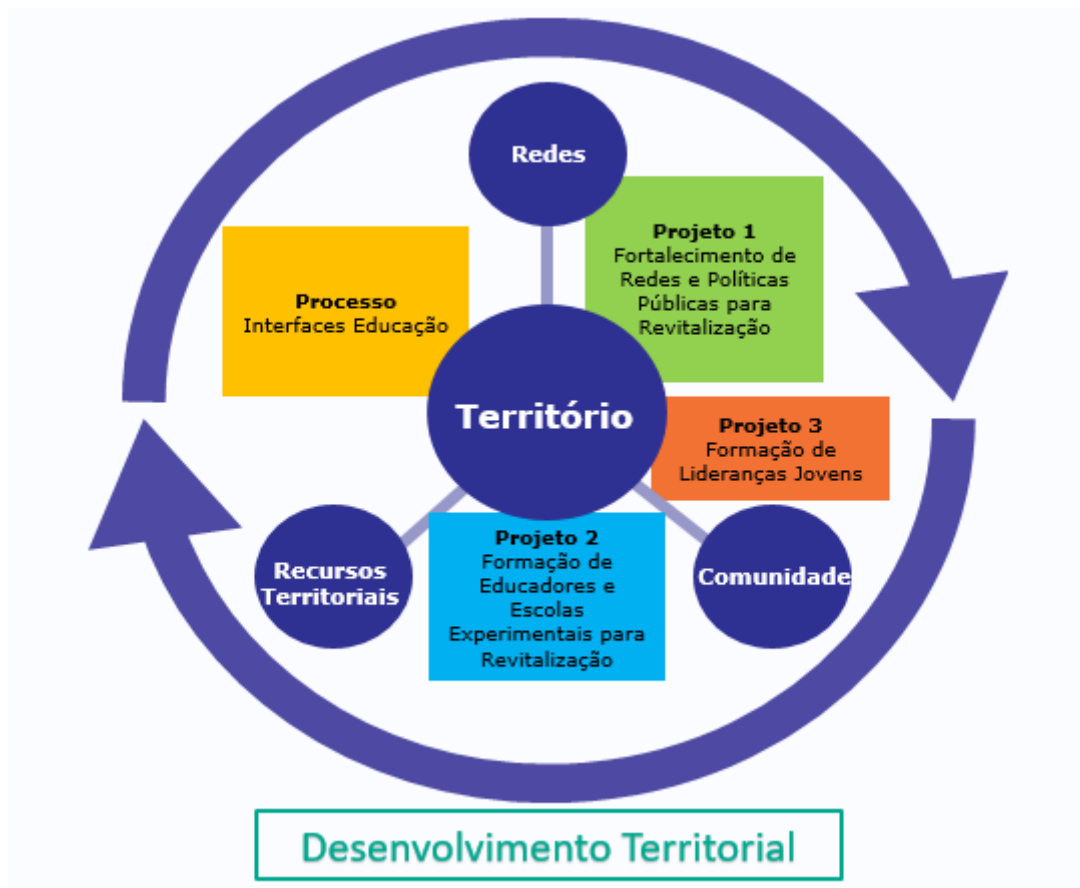


Figura 5: Fundamentação teórico-metodológica do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Este embasamento foi pensado a partir do contexto ao qual a Fundação Renova se insere e do propósito da instituição. Com o rompimento da barragem de Fundão, muitos recursos territoriais foram danificados e comunidades impactadas. Os territórios existentes foram alterados e por isso as ações da Renova buscam a revitalização de tais territórios, seja pela reposição dos recursos, seja pelo restabelecimento de modos de vida das comunidades. A durabilidade das ações no tempo e no espaço dependem do grau de conexão aos territórios e de sua apropriação pelas comunidades locais. Por isso, ressalta-se que elas sejam planejadas com vistas ao desenvolvimento desses territórios, ou seja, que potencializem e estejam vinculadas aos elementos do desenvolvimento territorial: os territórios, as comunidades, os recursos e as redes.

Os territórios são fragmentos do espaço geográfico, definidos pelo resultado da ação dos atores, ou seja, pelas ações coletivas, que dominam e se apoderam do espaço, estabelecendo limites através de relações de poder (REFFESTEIN, 1993). Assim, os territórios são definidos pela territorialização das relações sociais. Tais relações são construídas ao longo do tempo e, portanto, estão enraizadas no passado, representando valores, conhecimento, conexões sociais, instituições e sistemas de produção que existiam lá e foram transformados (PIVITEAU apud, DEMATTEIS; GOVERNA, 2005).

Nesse processo de construção social dos territórios, as comunidades são consideradas em relação à sua ação coletiva. Elas são responsáveis, ao longo do tempo, por estabelecer a identidade local que permite o reconhecimento de indivíduos de um determinado território como membros desse grupo territorializado (GOVERNA apud DEMMATEIS; GOVERNA, 2005). Essa identidade compartilhada e o sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade são condições para a ação coletiva e consequentemente para a definição dos limites territoriais.

Tais limites só são definidos quando essa comunidade se apropria dos recursos territoriais, sejam eles materiais ou imateriais, denominados também de capitais territoriais por serem únicos e específicos de uma determinada localidade, e construídos pela ação social no médio e longo prazos. Como exemplo de capital territorial, podemos citar os ativos naturais, patrimônios materiais - como edifícios, monumentos, documentos, artes, etc. - e patrimônios imateriais - linguagem, crenças espirituais, tradições, costumes e práticas, etc. (DEMMATEIS; GOVERNA, 2005). Assim, há um processo de acumulação seletiva do que do passado é relevante para o presente, e necessário para construir o futuro (RABINOW, 1989).

Por fim as redes que consistem no elemento de conexão desses territórios. Segundo Castells (2000), redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Elas conectam os elementos dos territórios, recursos e comunidades, a outras redes e territórios, dando visibilidade e agregando valor. A educação pode ser considerada como meio-processo e o fortalecimento de redes de prática como um catalisador de processos de educação, coprodução e disseminação de conhecimento com vistas à revitalização da bacia do Rio Doce.

Além da abordagem conceitual norteadora do Programa, as ações propostas se estruturam a partir da participação de três atores que se inter-relacionam. Um de base social, que tem nas comunidades, ligadas ou não às ações da Fundação Renova, sua principal inspiração. Outro relacionado às instituições que desenvolvem processos educadores e práticas de revitalização e, por fim, os agentes públicos, educadores, formuladores/executores/influenciadores das políticas públicas, conforme demonstra a figura a seguir.



Figura 6: Níveis de participação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

A participação dos atores institucionalizados já se deu na fase de planejamento do Programa e está prevista ao longo da implementação e monitoramento das ações. No entanto a participação comunitária ainda não ocorreu de forma sistematizada e por isso estão previstas ações específicas que favoreçam essa participação.

No âmbito do programa de Educação para Revitalização as comunidades são vistas como protagonistas nos processos a serem construídos não só pelas ações do referido programa, mas também nas demais ações da Fundação Renova. O Programa aqui apresentado busca ser o fio condutor que une as ações territoriais da Fundação para Revitalização, a partir do favorecimento da participação comunitária nos processos. Entende-se por participação comunitária o envolvimento de atores territoriais no planejamento, execução e monitoramento das ações implementadas que os impactam diretamente.

O nível de participação garantirá o engajamento e é variado de acordo com o propósito da ação. Ele pode ser desde a transmissão e consulta às partes interessadas, na maioria das vezes conduzido pela Fundação Renova, passando pela cooperação, onde Fundação e Comunidade constroem juntos, até ao nível de participação ativa, com

empoderamento e autogestão dos atores envolvidos, conforme demonstra figura abaixo:



Figura 7: Níveis de participação comunitária proposto pelo Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Na fase de planejamento das ações – fase a qual a Fundação Renova ainda se encontra – a participação comunitária aqui proposta se dá a partir do envolvimento dos atores locais na construção de planos de futuro a partir da análise das paisagens, por exemplo. Ou seja, a participação das comunidades terá início pela análise das paisagens das áreas atendidas pelas ações. Assim, parte-se do conceito de **paisagem**, que para Rennó é

[...] a imagem de um produto híbrido derivado do cruzamento de diferentes materialidades e sentimentos, em permanente tensão, na interface homem-natureza. Esse produto é composto com materialidades herdadas de processos físicos e históricos que caracterizam o território. Os sentimentos, às vezes também herdados, mais ou menos utópicos e/ou nostálgicos, representam e atribuem valor ao que é visto atualmente, ou não mais. Dinâmica do ponto de vista físico, a paisagem é também “transtemporal”, pois nas suas representações, diversas épocas podem ser evocadas, visto que a memória é a ferramenta que permite idas e vindas no tempo. (RENNÓ, 2009, p.95).

Nesse contexto, a paisagem possui uma característica dinâmica que por natureza possibilita idas e vindas no território através de uma entrada muito específica e muito importante, a social. A educação crítica e emancipatória comprometida com a revitalização buscará construir junto a comunidades dos municípios atingidos planos de futuro baseados na análise de paisagens. A partir do olhar local, consegue-se entender através de falas que relatam uma intimidade, um pertencimento, uma cultura, a história desse espaço e, assim, a partir da paisagem atual, desenhar os planos de futuro. Essa dinâmica favorecerá que as ações da Fundação Renova estejam conectadas aos territórios, uma vez que estão alinhadas com as expectativas da comunidade.

Estratégia de engajamento dos stakeholders para execução

Cada projeto possui uma estratégia de engajamento dos stakeholders, por isso optou-se em demonstrá-la no detalhamento de cada projeto, item 4.6.

Interface com outros Programas

Entendendo a educação não só como um meio, mas também como fim para promover a participação, a organização e o controle social, a governança democrática e as práticas e tecnologias sociais nos processos desenvolvimento local para revitalização (ambiental, cultural, econômico, social e político) da bacia do Rio Doce, é importante estabelecer as conexões necessárias entre os programas desenvolvidos pela Fundação Renova:

PROGRAMA	DESCRIÇÃO DA INTERFACE	AÇÕES DE ENCAMINHAMENTO
Recuperação Nascentes/APPs	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento conceitual entre as equipes; - Construção da proposta básica de mobilização, engajamento e formação dos produtores rurais para recuperação de nascentes (Proposta Integrada de Recuperação de Nascentes e APPs); - Reuniões com stakeholders (Comitê de Bacia do Rio Doce, prefeituras municipais e Câmara Técnica e CIF) para contribuições e validação da proposta básica de mobilização, engajamento e formação dos produtores rurais para recuperação de nascentes; - Formação da equipe técnica da Fundação Renova para implementação da proposta validada (foco em metodologias participativas – Diagnóstico Rural Participativo, protocolos de consentimento, alinhamentos teóricos e práticos); e - Implementação da proposta básica de mobilização, engajamento e formação dos produtores rurais para recuperação de nascentes. 	Proposta integrada aprovada pelos stakeholders e em execução nas Bacias do Suaçuí, Piranga e Pontões e Lagoas do Rio Doce.
Retomada Atividades Agropecuárias	<ul style="list-style-type: none"> - Alinhamento conceitual entre as equipes; - Construção da proposta de formação de agentes jovens; e - Em fase de construção proposta de Desenvolvimento Rural Sustentável. 	Realização de reuniões com equipe técnica e Universidade Federal de Viçosa – formação de jovens para atuarem nas propriedades impactadas pela lama.
Economia Regional	<ul style="list-style-type: none"> - A rede, enquanto atividade econômica (serviços) pode ser tratada e fortalecida pela economia regional. 	Agendamento de reunião, mapeamento das instituições locais, formação da rede.
Estímulo à contratação local	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de mão de obra local para realizar ações do programa. 	Atendimento às premissas de contratação local.
Emergências ambientais	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio na implantação das escolas seguras e sustentáveis (em Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado). 	Realizar reuniões para definir interfaces entre a implantação das escolas seguras e das escolas sustentáveis.
Memória Histórica, Cultural e Artística	<ul style="list-style-type: none"> - Parceria nas ações de revitalização de patrimônio cultural. 	Realizar reuniões para definir interfaces.

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	- Parceria nos editais de apoio a projetos de valorização da cultura.	Realizar reuniões para definir interfaces.
Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	- Apoio na qualificação/capacitação dos atores locais para compreensão e adesão ao sistema de saneamento básico.	Realizar reuniões para definir interfaces.

Tabela 4: Interfaces com outros programas

Processo/Projetos do programa

Conforme já mencionado no item solução construída o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, pretende desenvolver processos educativos que favoreçam a revitalização dos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, potencializando a participação e o controle social. Para isso, foram estruturados um processo e três projetos cujo a práxis e o desenvolvimento de capacidades são essenciais.

Os conteúdos e técnicas necessárias para o desenvolvimento de capacidades serão construídos de acordo com a realidade de cada projeto e de cada território. No entanto, tratou-se de apresentar no Anexo 05, o conceito de cardápio de aprendizagem contendo alguns temas sugeridos durante a construção participativa deste programa, que poderão ser utilizados ou adaptados.

Cabe ainda ressaltar que, cada projeto possui seu ritual de acompanhamento e monitoramento de indicadores, mas por outro lado deve-se criar mecanismos de avaliação do seu impacto ou seja do engajamento do público e de mudanças na realidade local. Isso poderá ocorrer a partir do terceiro ano de implementação do programa com a criação de grupo técnico especializado e representantes de cada projeto.

Abaixo, serão apresentados os projetos em nível macro, seus objetivos, requisitos, premissas, restrições e os principais processos. Após aprovação do escopo pelo CIF

serão definidos os projetos executivos com maior grau de detalhamento, incluindo em seu indicadores e metas, a descrição dos números absolutos para cada projeto e o cronograma

Processo: Interface Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis

Não é de hoje, é, na verdade, desde os imemoriais tempos coloniais que a bacia hidrográfica do rio Doce vem sofrendo com processos históricos de degradação que geram vulnerabilidades sociais e ambientais.

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, foi a expressão mais abrupta de um modelo de desenvolvimento insuficientemente cuidadoso com os ecossistemas, com as águas, com os bens ambientais e também com as pessoas e comunidades enraizadas no território hidrográfico.

O déficit de cuidado decorre, por exemplo, da crença na produção a qualquer custo, da ganância, do consumo perdulário e do mito da inesgotabilidade dos recursos naturais, tornando-o um modelo insustentável tanto ambiental quanto socialmente.

O manejo inadequado do solo e das águas, o lançamento de resíduos in natura nos corpos hídricos, a expansão extensiva de monoculturas, a conurbação e o crescimento desordenado das cidades, a histórica e estrutural desigualdade social, a ocupação de áreas de risco, o desmatamento, a impermeabilização do solo, os processos erosivos, a degradação dos mananciais, compõem um cenário de vulnerabilidades anterior ao desastre de 2015.

Neste sentido, a necessidade de preservação, conservação e recuperação dos mananciais e dos ecossistemas por meio da combinação de ações corretivas e preventivas, remontam a um imperativo histórico que nos remete à importância das ações de revitalização da bacia Rio Doce.

Porém, a magnitude do desastre ocorrido com o rompimento da barragem de Fundão agudizou ainda mais a necessidade que já era presente na bacia do Rio Doce em rever a estrutura do modelo vigente de desenvolvimento e de promover medidas no sentido de sua recuperação/revitalização.

Esse é um dos principais desafios que o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce possui, o de estabelecer processos educativos que permitam aos diversos atores locais a reflexão/revisão sobre os modelos vigentes ou construção de novos. Para tanto, é necessário ofertar ações de cunho educativo e transformador que possibilitem a estes atores: (i) visualizarem a interrelação das suas práticas com os processos de degradação e revitalização do Rio Doce; (ii) compreenderem o seu papel em suas comunidades e como cidadãos influenciadores de políticas públicas; (iii) se empoderarem para promover as mudanças que estão ao seu alcance.

Neste contexto, busca-se colocar a educação e a participação social como primordial na reparação/revitalização do território do Rio Doce, definindo como um processo deste programa as **Interfaces de Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis**, que visa apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova.

Para isso, é necessário estimular a aprendizagem social em revitalização e a articulação entre atores, por meio de eventos territoriais de intercâmbio de experiências sociais, seminários de intercâmbio, cursos e oferta de materiais paradidáticos.

Este processo está baseado em uma abordagem freiriana, em que a ação é protagonizada pelo público-alvo e somente mediada por um agente externo àquela realidade. Assim, a revitalização é tratada a partir da prática social dos atores, que é tanto o ponto de partida quanto de chegada das ações propostas, pois o que é fundamental nessa ação não é o resultado em si, mas o processo educativo e transformador ao qual o público é submetido.

Como processo, o que se espera é que na definição das interfaces e no redesenho de projetos/processos entre os programas conduzidos pela Fundação Renova, a participação comunitária qualificada se torne a principal fonte para o planejamento territorial e consequentemente para elaboração e execução de planos de futuro para a região atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Sendo assim, cada programa definirá a interface e as ações necessárias, no entanto de modo geral, algumas etapas são comuns a qualquer que seja ela: planejamento integrado interno entre as equipes dos programas da Fundação Renova, eventos de mobilização de atores locais, a realização do diagnóstico participativo que irá dar subsídios à elaboração dos Planos de Futuro, e por fim, a capacitação dos atores locais⁷.

⁷ É importante esclarecer que até o momento de elaboração deste programa foi estabelecida articulação com a área de Uso Sustentável da Terra, que é composta pelos seguintes programas: Recuperação de nascentes, Recuperação de Áreas de Preservação Permanentes, Retomada das Atividades Agropecuárias e Programa de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Regularização Ambiental (PRA). Por isso o cronograma apresentado e a especificação de algumas etapas podem ser modificados, conforme realidade de outras interfaces. Caso ocorra, isso será informado nas propostas de redesenho de projetos e processos.

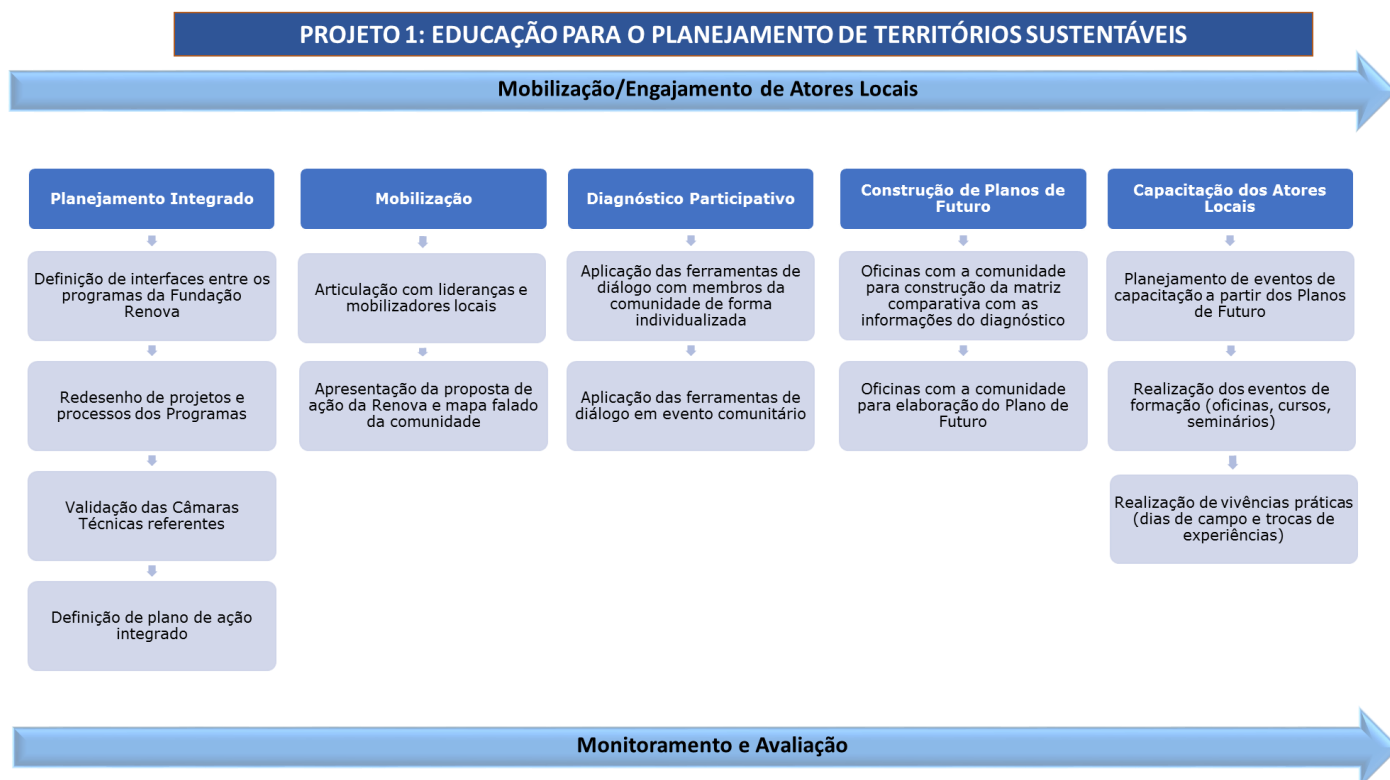


Figura 8: Principais etapas do Processo Interfaces de Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis.

Na etapa de planejamento integrado pretende-se avaliar o potencial de interface entre o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce e ações dos demais programas da Fundação Renova. Na prática, buscará a integração da educação e da participação social nos diversos programas da Fundação Renova, devendo atuar no sentido de contribuir para o planejamento participativo do território, do desenvolvimento de práticas sociais sustentáveis e da promoção do redesenho dos projetos e processos.

Uma vez definidas as interfaces, parte-se para etapa de mobilização e engajamento dos atores locais, para isso serão utilizadas metodologias participativas que permitam a construção de um modelo sustentável do território, a partir de ações voltadas para as pessoas e nas suas relações sociais, considerando e valorizando seus saberes, experiências acumuladas, crenças e cultura.

Nesse processo é feito o uso de ferramentas diálogo – como cartografia social⁸ ou mapa falado, caminhada transversal, matriz comparativa, diagrama de fluxo⁹ – que resultam no diagnóstico participativo da comunidade e em seu plano de futuro, a partir do levantamento de percepções locais, da análise de ações, da mediação de diálogos, da reflexão individual e coletiva acerca dos processos e do planejamento de atividades. Tais ferramentas tem o potencial de trabalhar com as dimensões do espaço (propriedade e comunidade), do tempo (passado, presente, e futuro), dos fluxos (de pessoas, mercadorias, produtos) e relações (de pessoas), incluindo públicos diversos.

Os Planos de Futuro serão construídos a partir da aplicação de outras ferramentas de diálogo, como a matriz comparativa e o diagrama de fluxo, que permitem a sistematização das informações levantadas nas ações de diagnóstico. A partir dessas técnicas visualiza-se as questões que caracterizam a comunidade e identifica-se suas potencialidades e fraquezas. São essas informações que subsidiam a elaboração dos planos de futuro da comunidade.

Os planos de futuro trarão demandas comunitárias, muitas das quais não possuem interface com as ações da Renova. Mas como dito anteriormente, o objetivo desse processo não é somente a construção dos planos em si, mas todo o processo educativo ao qual os atores estão submetidos, qualificando-os para uma atuação consciente, empoderada e participativa nos vários processos que estão envolvidos direta ou indiretamente para o desenvolvimento dos territórios.

Os planos vão orientar as ações que a Renova poderá executar para apoiar a implementação dos mesmos. As ações que dizem respeito ao poder público ou a própria

⁸ <http://novacartografiasocial.com.br/>

⁹ Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-Guia_Pratico_DRP-7420814.pdf

comunidade serão estimuladas a serem executadas por seus responsáveis. O entendimento dessas responsabilidades para a execução dos planos faz parte do processo educativo proposto aqui. Caso seja identificada a necessidade de qualificar os atores da comunidade para uma ação específica, a Renova poderá ofertar cursos de capacitação, desde que os mesmos abordem temáticas que tenham sinergia com suas atividades. O formato desses eventos deve estar de acordo com o objetivo da ação, podendo ser desde cursos formativos até dias de campo ou workshops para trocas de experiências.

Logo abaixo é possível verificar os principais objetivos, requisitos, premissas, restrições, escopo e cronograma deste projeto.

Processo: Interfaces Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis

Objetivos

Apoiar a qualificação dos diversos processos de revitalização, sua integração e sustentabilidade por meio da participação e desenvolvimento de capacidades dos atores locais envolvidos nas ações da Fundação Renova.

Objetivos específicos:

1. Provocar a reflexão da realidade dos atores/comunidades a partir da aplicação de ferramentas de diagnóstico participativo, para que compreendam a relação entre elementos e fatores que interferem em suas vidas;
2. Assessorar a criação de um plano de ação que contenha as questões sensíveis identificadas e que possam ser solucionadas/potencializadas a partir da ação individual e/ou coletiva dos membros das comunidades; e
3. Incentivar os diversos atores do território a se perceberem enquanto agentes de transformação, incluindo os membros das comunidades, incentivando-os à participação e engajamento nas ações de desenvolvimento territorial.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisitos: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental.
- Premissas: Participação ativa do público-alvo em todas as fases dos projetos e aprovação das propostas/ações e interface pelas Câmaras Técnicas responsáveis.

- Restrições: A cláusula 172, restringe a atuação do programa à Área Ambiental 01, no entanto essa delimitação não é a mesma para todos os programas da Fundação Renova que poderão fazer interface com o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Escopo

- Oficinas e reuniões internas de planejamento integrado dos programas com o programa de educação (redesenho/reorganização dos projetos e processos, definição das áreas de atuação);
- Mobilização dos atores locais;
- Ações educativas a partir da aplicação das ferramentas de diálogo para a qualificação e engajamento de atores locais em processos de planejamento territorial → diagnóstico participativo (através de oficinas comunitárias e/ou visitas às propriedades para análise da paisagem - cartografia social) e construção dos planos de futuro;
- Capacitação/formação dos atores locais, atendendo às demandas identificadas com os Planos de Futuro → cursos, eventos territoriais, seminários de intercâmbio de experiências sociais; e outros, conforme cardápio construído e selecionado participativamente; e
- Monitoramento e avaliação.

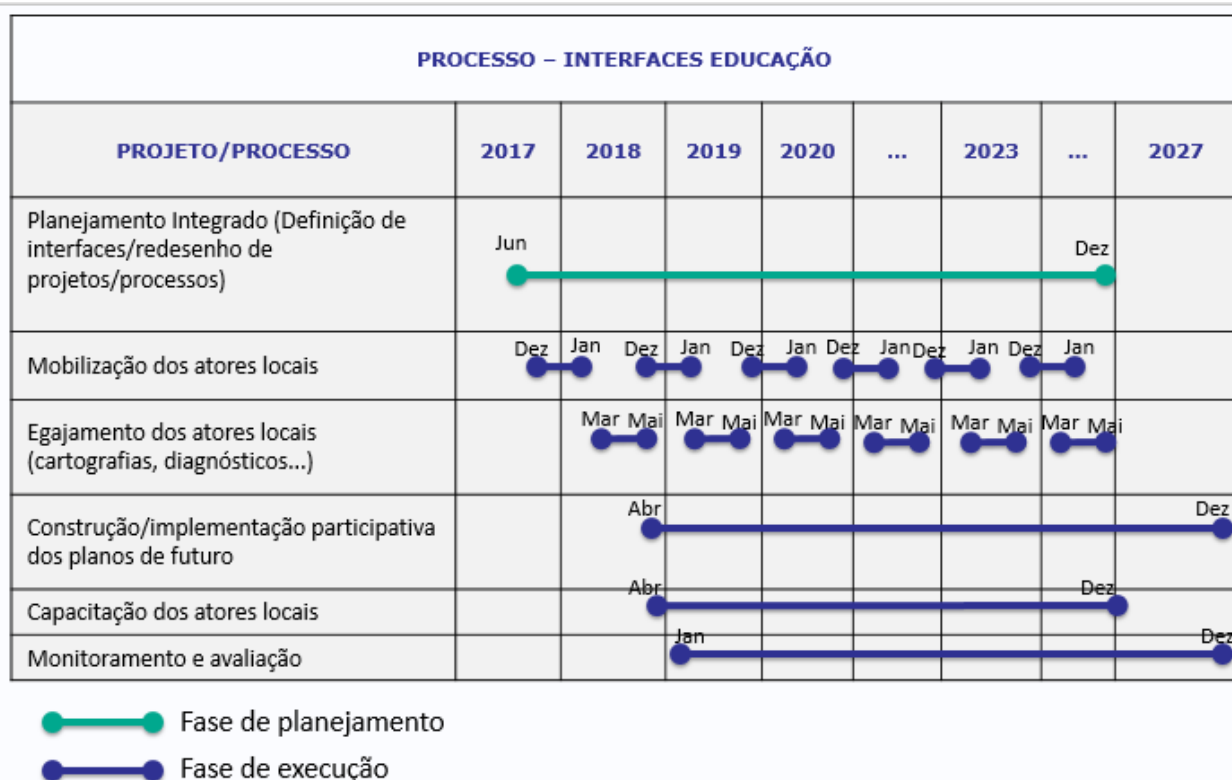


Figura 9: Cronograma de Execução Processo Interface Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis.

Projeto 1: Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização

Para se criar um ambiente institucional e social propício ao desenvolvimento de ações para revitalização, é necessário apoiar, preparar, formar e instrumentalizar pessoas, instituições e comunidades para que estas ações adquiram efetividade. Desta forma, além da adesão da base da sociedade às ações de revitalização se torna primordial à estruturação de uma rede de atores imbuídos do compromisso de avaliar, planejar, monitorar, ensinar, aprender e agir para a revitalização.

Sendo assim, este projeto visa promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce.

As redes são estruturas que favorecem o fortalecimento de organizações uma vez que conectam as ações territoriais locais a processos que ocorrem no nível supralocal. Esse elo que se estabelece entre as organizações de diferentes esferas dá visibilidade e fortalece as ações desenvolvidas nos territórios. Por essa razão, Ummus (2017) entende as redes como catalizadoras dos processos de educação territoriais.

A Bacia do Rio Doce é contemplada com iniciativas de educação ambiental envolvendo diversas entidades e com ações diferenciadas, mas que possuem o mesmo propósito, o de revitalização do Rio Doce. Essas iniciativas envolvem tanto as comunidades quanto os seus recursos materiais e imateriais em territórios ao longo de toda a bacia. As redes representam o componente necessário para o fortalecimento de tais ações e para que as mesmas tenham continuidade.

O processo de fortalecimento de redes de educação e práticas de revitalização do rio Doce pode "ser concebido como o cultivo de formas relativamente estáveis de articulação e de avanço das relações, onde recursos e potenciais dispersos são mobilizados de modo a orquestrar a ação coletiva em direção ao objetivo comum". (UMMUS, 2017).

Algumas dessas redes já existem mas precisam ser incrementadas e conectadas aos territórios de atuação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce. Esse elo será formado a partir da organização de coletivos educadores e de práticas que buscam reunir representantes territoriais responsáveis pelas iniciativas mapeadas, a fim de favorecer o contato entre instituições e a troca de saberes. Busca-se como resultado desse processo aumentar a amplitude territorial das ações das instituições, ampliar os resultados das práticas existentes e fazer o mapeamento contínuo das ações além de favorecer a articulação de práticas e processos. Também se espera que uma vez atuantes e conectadas, as redes favoreçam a articulação das ações territoriais com aquelas empreendidas pela Fundação Renova, dando legitimidade aos processos.

O padrão de rede que se busca atingir com este projeto é o de descentralização, ou seja, a criação de nodos (coletivos educadores¹⁰) distribuídos ao longo da Bacia, sem que exerçam centralidade nos processos, mas ao contrário, que permitam a sua descentralização, aumentando o potencial de aprendizagem e a densidade das redes.

A rede atuará na mobilização social dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, para que façam parte deste coletivo e principalmente na elaboração e implementação de um Projeto Político Pedagógico Territorial (PPPT) para revitalização.

A concepção do Projeto Político Pedagógico Territorial (PPPT)¹¹ está intimamente ligada ao conceito de Projeto Político Pedagógico (PPP), que segundo Veiga é político, pois se

¹⁰ Coletivos Educadores são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. Seu papel é promover a articulação institucional e de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e dá condições para o desenvolvimento continuado de ações e processos de formação com a população da área da Revitalização do Vale do Rio Doce. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/363-forma%C3%A7%C3%A3o-deeducadores-coletivos-educadores>.

¹¹ Optou-se por denominar PPPT ao invés de PPP para dar mais ênfase a um projeto para e com o território.

“constitui como um compromisso definido coletivamente de direção para o futuro” (VEIGA, 1995, p.13), ou seja, de uma sociedade que se deseja. Enquanto que o pedagógico, diz respeito à definição de concepções, estratégias, metodologias e práticas educativas capazes de fazer avançar esse projeto de futuro (BRASIL, 2015).

A proposição do Projeto Político Pedagógico Territorial se constituiu, então, como uma possibilidade de implantar, nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, ações estruturantes de revitalização ambiental, cultural, econômico e social e que aliem, acima de tudo, **teoria e prática**.

Pretende-se então, “promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e de potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais” (BRASIL, 2005). Além disso, considera-se importante trazer para essa construção referências como a Agenda 2030, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹².

Desta forma, o projeto prevê três etapas principais: Constituição da rede; elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs), conforme demonstra figura abaixo:

¹² Para saber mais acesse: <http://www.agenda2030.com.br>.

Projeto 1: FORTALECIMENTO DE REDES E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REVITALIZAÇÃO

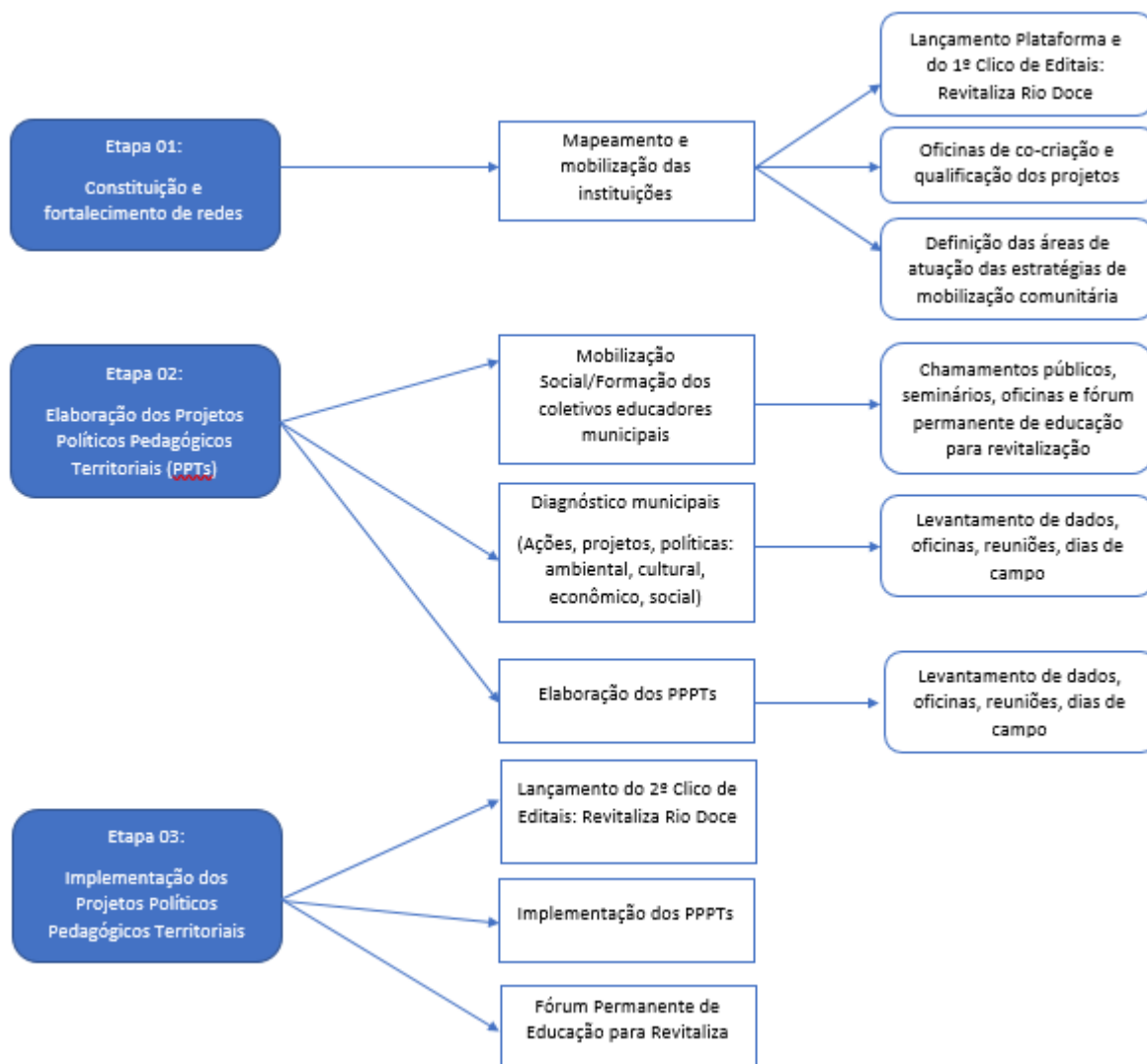


Figura 10: Esquema organizacional do Projeto Fortalecimento de Redes de Educação e Práticas.

Para viabilizar a realização deste projeto será contratado assessoria de referência em fortalecimento institucional e de rede, que será responsável pela constituição/fortalecimento da rede, capacitação e assessoramento às instituições.

A plataforma virtual dará início à primeira etapa deste projeto, e além de ser um ambiente para o cadastramento e mapeamento das instituições, deverá servir para interação, capacitação e diagnóstico destas instituições (práticas desenvolvidas, atores sociais envolvidos, área de abrangência, etc).

O mapeamento ocorrerá via cadastramento na plataforma virtual, a partir do lançamento do primeiro Edital: Revitaliza Rio Doce, que visa reunir instituições, preferencialmente locais, com experiência em processos de mobilização social.

As instituições selecionadas serão convidadas a participarem de uma oficina de imersão de três a cinco dias, para conhecerem modelos bem sucedidos de revitalização de rios/bacias, conhecerem a realidade da Bacia do Rio Doce e refletirem sobre sua revitalização, qualificarem e/ou co-criarem projetos de mobilização social, criarem estratégias, planos de ação para mobilização dos municípios impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão para elaborar seus projetos políticos pedagógicos territoriais e definirem suas áreas de atuação.

Na segunda etapa as instituições selecionadas no primeiro ciclo de editais iniciarão a mobilização dos municípios impactados, a partir das estratégias e da área de atuação definidos na oficina de imersão.

Nesta etapa as instituições deverão mobilizar pessoas a fim de constituir os **Coletivos Educadores** com representatividade de diversos setores do município (sociedade civil, governo, empresas, escolas, dentre outros) para elaboração do Projeto Político Pedagógico Territorial (PPPT).

Além do chamamento, via mídias digitais e impressas, visitas às prefeituras, escolas e outras instituições, deverão ser realizados eventos informativos e formativos sobre a revitalização, por exemplo, seminários, cursos, rodas de conversa. Igualmente importante será a criação de um Fórum Permanente de Educação para Revitalização, cujo objetivo é trazer para as pautas municipais o debate, o monitoramento e avaliação das ações e/ou políticas para revitalização. A criação deste espaço deverá ocorrer após

o lançamento do segundo ciclo de editais, para que se possa avaliar a implementação das ações até ali.

Esses eventos contribuirão para sensibilização da comunidade e também para fundamentar o debate relativo às questões de revitalização (ambiental, cultural, econômica e social).

A fase de diagnóstico permitirá ao grupo o levantamento e conhecimento da realidade local. Este levantamento é feito com a participação ativa e poderá ser realizado com base nos métodos do Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Além disso, é a partir dele que se identifica o que se pretende mudar e quais são as prioridades e responsabilidade (matriz de prioridade/responsabilidade), fundamentais para elaboração do Projeto Político Pedagógico Territorial.

A elaboração dos PPPTs é considerada como um resultado de todo o processo de mobilização do coletivo educador e por isso, deverá retratar qual o projeto de futuro aquele grupo definiu para seu município.

A terceira e última etapa deste projeto se caracteriza pela implementação das ações previstas nos PPPTs, para isso será lançado o segundo Edital: Revitaliza Rio Doce, que possui objetivo de fomentar projetos de revitalização. As linhas financiáveis serão definidas levando em consideração os diagnósticos e os projetos de cada município, lembrando que a educação será a base para qualquer que for o projeto.

Ao final de cada ano serão realizados os Fóruns Permanentes de Educação para Revitalização, que poderão ocorrer em nível local ou regional. Estes fóruns como já relatado anteriormente serão espaços de trocas de experiências, monitoramento e avaliação dos processos de revitalização.

É importante destacar que, devido a seu caráter de mobilização social constata, este projeto utilizará estratégias e ferramentas de comunicação e educação, como a educomunicação, produção de audiovisual, implantação de sites, fanzine, jornais

murais, rádios comunitários para animar os coletivos, compartilhar, arquivar, e/ou trocar as experiências e tecnologias implantadas.

Logo abaixo é possível verificar os principais objetivos, requisitos, premissas, restrições, escopo e cronograma deste projeto.

Projeto 1: Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas para Revitalização de Educação e Práticas

Objetivos

Promover o fortalecimento institucional e o aprendizado social por meio da consolidação de redes estruturadas e políticas públicas para revitalização da Bacia do Rio Doce.

Objetivos específicos:

1. Contribuir para o estabelecimento de uma rede de atores sociais e instituições articulados e pactuados para desenvolver e monitorar os processos de revitalização;
2. Fomentar práticas de educação e revitalização da bacia do Rio Doce
3. Fomentar a formação de coletivos educadores para territórios sustentáveis que desenvolvam Projetos Político Pedagógicos por Território (PPPTs) e agenda de formação continuada das capacidades para revitalização; e
4. Incentivar a criação de um Fórum Permanente de Educação Ambiental da bacia do Rio Doce para debater esta temática e monitorar/avaliar as ações implantadas.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisitos: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental.
- Premissas: Adesão das instituições governamentais e da sociedade civil organizada nas ações do projeto
- Restrições: A cláusula 172, restringe a atuação do programa à Área Ambiental 01, entende-se porém, que a rede poderá ser constituída também com instituições que estão fora desta delimitação.

Escopo

- Lançar a plataforma virtual para cadastramento e mapeamento de instituições parceiras
- Lançar o primeiro edital: Revitaliza Rio Doce;
- Realizar oficinas de co-criação e qualificação dos projetos;
- Mobilizar a sociedade civil – constituir os coletivos educadores
- Realizar eventos informativos e formativos de educação para revitalização;
- Realizar diagnósticos municipais de ações, projetos e políticas de revitalização;
- Elaborar os Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais;

- Lançar o segundo edital: Revitaliza Rio Doce;
- Implementar as ações dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais
- Criar Fórum Permanente de Educação para Revitalização.

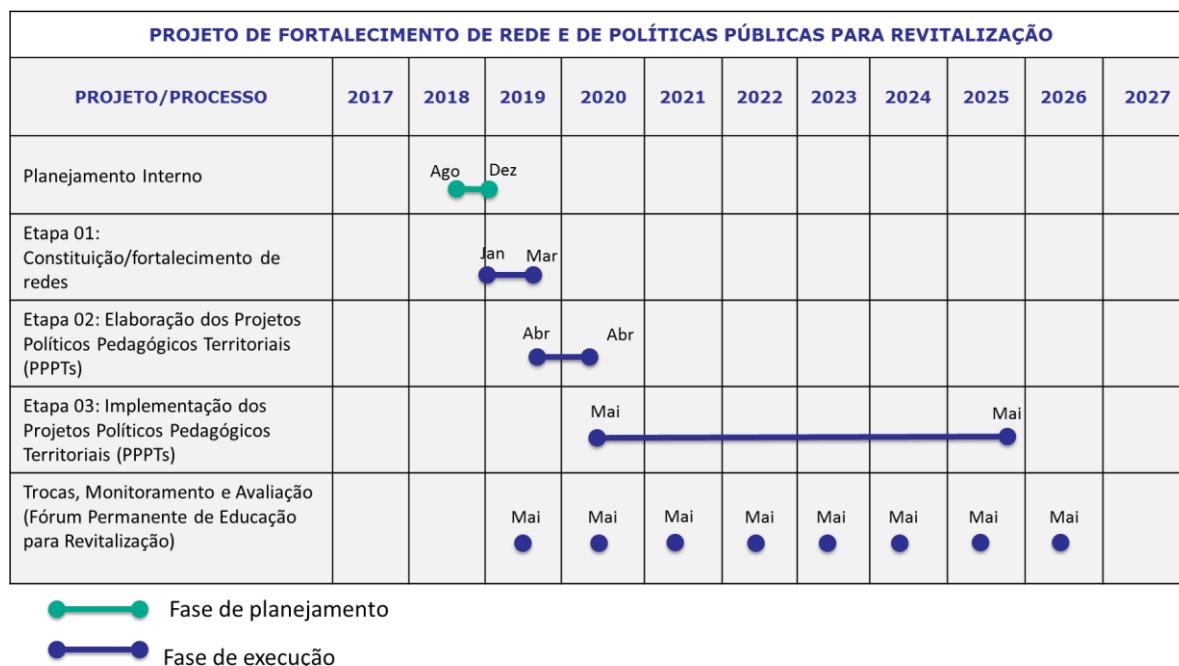


Figura 11: Cronograma de Execução Projeto Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização.

Projeto 2: Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização

Com a regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/1999), o fortalecimento dos Sistemas de Ensino e a formação de educadores ambientais, torna-se uma de suas principais diretrizes/objetivos.

Além disso, conforme Trajber (2017), em consequência das transformações locais, regionais e planetárias é necessário encarar uma concepção integral da prática

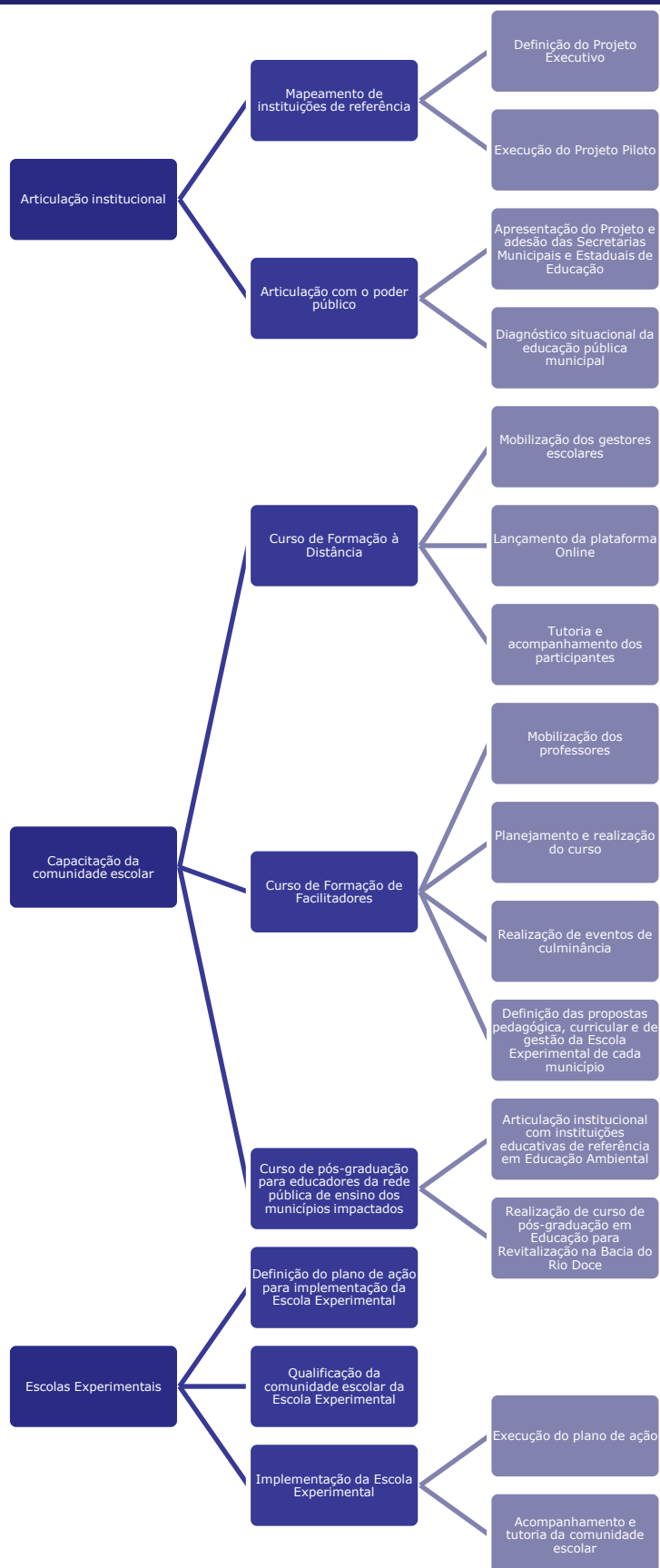
educativa, incluindo a pesquisa sobre modos de vida sustentáveis. No caso específico das comunidades atingidas da Bacia do Rio Doce, as estratégias educacionais a serem criadas dependem de instâncias participativas para se adequarem à realidade das comunidades, favorecendo a qualificação dos professores e de estudantes na perspectiva de uma educação sustentabilista para a revitalização.

Sendo assim, este projeto visa qualificar a comunidade escolar dos municípios impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão, a fim de se tornarem agentes da transformação educacional nos seus contextos escolares e de construírem espaços experimentais de educação para a revitalização, baseados em suas realidades locais.

Todas as ações previstas no escopo do projeto são norteadas pela orientação teórica-metodológica baseada nos elementos da abordagem freiriana: o diálogo como forma de comunicação e construção de conhecimento; a leitura de imagem como estratégia para deflagrar a análise crítica da realidade; a ação-reflexão-ação como princípio norteador das transformações desejadas na prática.

O escopo desse projeto está baseado em três ações que estão diretamente relacionadas: curso de Educação à Distância para gestores escolares, curso de Formação de Facilitadores para educadores das redes públicas de ensino e Escolas Experimentais.

Projeto 2: FORMAÇÃO DE EDUCADORES E ESCOLAS EXPERIMENTAIS PARA REVITALIZAÇÃO DO RIO DOCE



O arranjo institucional necessário à implementação do projeto se dará pela articulação com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação dos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão, através da apresentação do Projeto, e esclarecimentos sobre as etapas de implementação. A partir da assinatura de um termo de adesão será firmada a parceria entre as partes com a descrição das responsabilidades da Fundação Renova e as contrapartidas das Secretarias.

Propõe-se como contrapartida a disponibilização de espaços para a realização dos cursos e eventos, a autorização de participação dos professores e diretores das escolas municipais e estaduais no programa e o nome do representante da Prefeitura que será o ponto focal do município. Nesse arranjo será feito um diagnóstico situacional, com o levantamento de potencialidades e fraquezas do sistema educacional dos municípios atendidos. Os pontos de sinergia com a proposta de “educação para a revitalização” (Projeto 2) orientarão o conteúdo dos cursos previstos no escopo do Programa.

O curso de Educação à Distância (EAD) será direcionado aos gestores da rede municipal de ensino e tem por objetivo sensibilizar esse público para as possíveis mudanças educacionais que ocorrerão no âmbito das escolas, como resultado da prática trabalhada ao longo do curso de Formação de Facilitadores.

O curso será formatado após a articulação inicial a ser feita com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, entendendo as questões peculiares de cada realidade. Os temas trabalhados terão como foco a formação de lideranças educacionais para a implementação de mudanças para revitalização dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão.

Concluído o curso EAD, será iniciado o curso de Formação de Facilitadores, presencial, cujo objetivo é promover a formação de educadores da rede pública municipal e estadual a partir da reflexão sobre seus desafios profissionais e construção de soluções que possam modificar sua prática, com informações e teorias que potencializem

processos de cooperação, aprendizagem e mudança. O curso será orientado pelas seguintes premissas:

- Colocar a pessoa, suas necessidades e preocupações, no centro do processo.
- Promover o diálogo e a colaboração.
- Possibilitar o trânsito entre a teoria e a prática, ajudando o aprendiz a refletir e tomar consciência de sua Teoria Subjetiva – valores, crenças, conhecimentos que embasam seu modo atual de agir – e eventualmente mudá-la.
- Facilitar ao aprendiz a construção de conhecimento, de forma metódica, organizando situações de aprendizagem onde, por meio de procedimentos / dinâmicas, ele seja desafiado a colocar em prática informações / conceitos e a experimentar novos comportamentos profissionais.

Os cursos serão ofertados a um quantitativo de professores por município definidos por relação de proporcionalidade, que atuarão como multiplicadores dos conteúdos e práticas abordados em suas comunidades escolares. Para tanto, o curso terá duração de um ano, no formato de formação modular, alinhando teoria e prática.

Tanto a extensão quanto o método são necessários para permitir a transformação desejada, a partir do acesso das teorias subjetivas que interferem nas práticas escolares e de sua resignificação. A cada semestre serão realizados Eventos de Culminância com o envolvimento de todos os participantes do curso, onde serão expostos os resultados alcançados.

Os aprendizes serão ainda os autores da proposta de referência de educação para a revitalização e terão oportunidade de experienciá-lo e implementá-lo em suas escolas. A ideia de criar espaços educadores experimentais para a revitalização da Bacia do Rio Doce, a partir das escolas, tem a intencionalidade de materializar os conteúdos e práticas abordados ao longo dos cursos, irradiando sua influência para as comunidades nas quais se situam, transformando e educando pelo exemplo.

As Escolas Experimentais não seguem um modelo pré-definido. Serão construídas conjuntamente com os educadores ao longo do curso, trazendo as peculiaridades de cada município e dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, assim como as especificidades de cada comunidade escolar. Esses espaços serão promovidos a partir de, no mínimo, três dimensões inter-relacionadas: capacitação de facilitadores, gestão e currículo.

- **Capacitação de facilitadores:** Baseada na concepção libertária de educação emanada por Paulo Freire, que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição de seu futuro e à construção da sua realidade. O desafio para esta educação passa pela emancipação de todos os sujeitos, dominados ou dominadores, explorados ou exploradores, relações em que ambos os lados têm suas subjetividades lesadas e não emancipadas ainda que se vivencie, na realidade, uma desigualdade objetiva e material (ProFEA, 2016).
- **Gestão:** compartilhamento do planejamento e das decisões que dizem respeito ao destino e à rotina da escola, buscando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e o seu entorno, respeitando os direitos humanos e valorizando a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero existente.
- **Currículo:** inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis/revitalização no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino e em seu cotidiano a partir de uma abordagem que seja contextualizada na realidade local e estabeleça nexos e vínculos com a sociedade global. ¹³

¹³ Disponível em:

file:///C:/Users/00550217/AppData/Local/Microsoft/Windows/INetCache/Content.Outlook/QNK06RN1/Manual_Escolas_Sustentaveis_v%2005.07.2013%20(1).pdf

A implementação das escolas experimentais será acompanhada por uma equipe especializada que fará visitas mensais às escolas, dando assessoria à execução do Plano de Ação construído ao longo do curso. Nessa ocasião poderão ocorrer oficinas envolvendo a comunidade escolar ou cursos de capacitação que apoiem os processos da escola experimental.

Uma outra ação voltada à qualificação dos educadores da rede pública dos municípios atingidos refere-se a oferta de curso de pós-graduação a esse público. Para viabilizar essa ação, será feita articulação institucional com instituições de educação de referência na temática de educação ambiental. Será feito um estudo de viabilidade das diferentes opções de curso de Pós-Graduação (*latu e strictu sensu*), apontando as potencialidades e fragilidades de cada uma delas. Este estudo será apresentado à Câmara Técnica para definição da modalidade a ser implementada. Pontos importantes a ser considerado nesse estudo são: a sinergia dos conteúdos com o processo de revitalização, a logística e o acesso para se atingir o público-alvo da ação.

A partir da integração dessas ações, este projeto sintetiza o propósito da formação com e pelas escolas e comunidades, visando à constituição de espaços educadores que contribuem na tomada de consciência sobre os rumos do processo de Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Projeto 2: Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce

Objetivo

Qualificar a comunidade escolar (educadores, gestores e supervisores) para serem facilitadores de mudanças educacionais nos contextos escolares ao qual pertencem e para criarem uma Escola Experimental para Revitalização do Rio Doce em cada município.

Objetivos específicos:

1. Criar condições nos ambientes escolares para as transformações das práticas escolares e de gestão, através da qualificação de professores e gestores;
2. Capacitar educadores para refletirem de forma crítica e transformarem suas práticas na sala de aula no contexto da Revitalização da Bacia do Rio Doce; e
3. Estabelecer escolas experimentais, baseadas em modelos de educação para revitalização definidos pelos professores das redes públicas, que constituirão unidades de referência para a Revitalização do Rio Doce, nos municípios impactos.

Requisitos, Premissas e Restrições

- Requisitos: O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as Políticas Nacionais de Educação Ambiental.
- Premissas: Disposição das escolas em aderir e assumir o protagonismo no projeto;
- Restrições: Escolas inseridas nos municípios da Área Ambiental 01, conforme clausula 172 do TTAC.

Escopo

- Apresentar o Projeto para as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação;
- Adesão das secretarias e definição do ponto focal de cada prefeitura;
- Realizar o diagnóstico situacional da escola/comunidade escolar;
- Realizar curso de EAD para os gestores das escolas da rede pública;
- Realizar Curso de Formação de Facilitadores para os professores da rede pública de ensino dos municípios impactados;
- Assessorar a implementação das Escolas Experimentais e fazer o seu acompanhamento;
- Realizar Eventos de Culminância para apresentação dos conteúdos abordados, para troca de experiências, monitoramento e avaliação;
- Promover pós-graduação em Educação Ambiental para os educadores da rede pública dos municípios da Área ambiental 1.

O projeto deverá ser executado nos 40 municípios simultaneamente. De forma a atender a qualidade das ações implementadas, novos ciclos de qualificação das comunidades escolares e implementação das escolas experimentais podem ser pensados, para se atingir aos objetivos esperados.

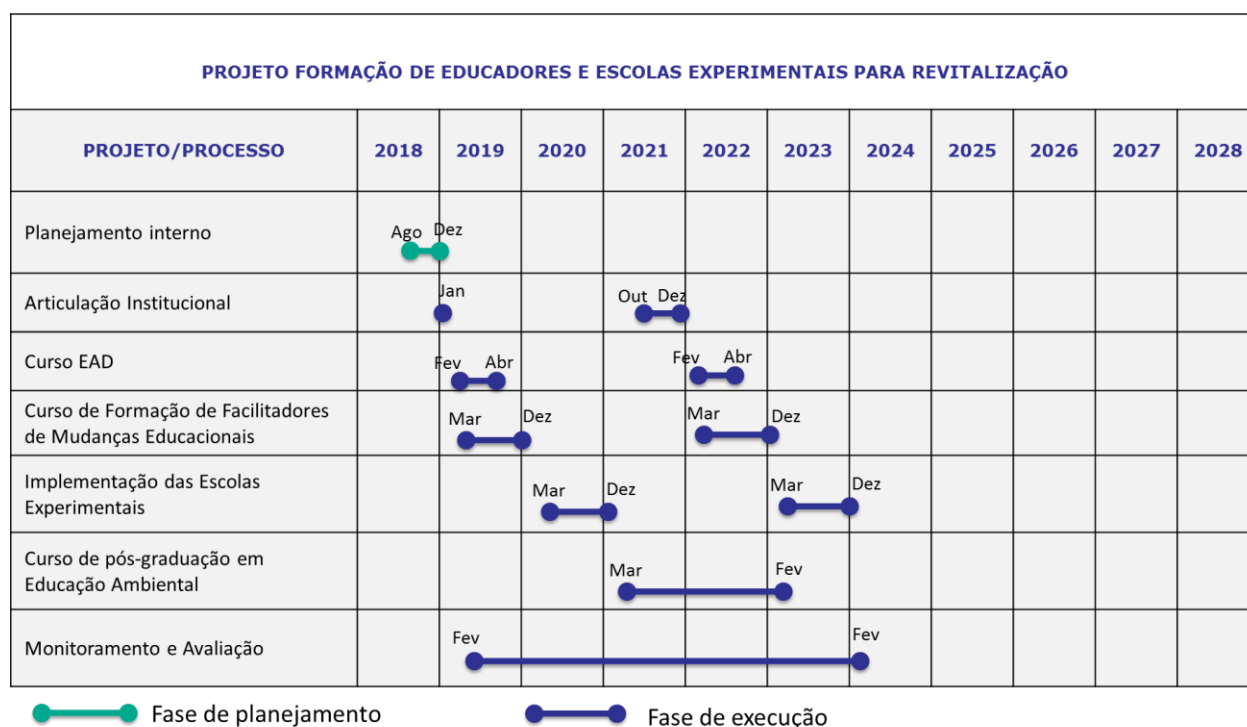


Figura 13: Cronograma Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce.

Projeto 3: Formação de Lideranças Jovens

Alinhado com os conceitos de revitalização, desenvolvimento territorial e paisagem, propõe-se atuar com foco na juventude, por ser um público que representa o elo entre o passado e futuro na perpetuação das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão a longo prazo.

Trabalhar com o protagonismo desse público a partir da sensibilização e do desenvolvimento de pensamentos críticos e reflexivos em relação as questões ambientais, pode favorecer a sua participação ativa no processo de revitalização da Bacia do Rio Doce. Esse processo pode forjar “sujeitos ecológicos”, que de acordo com Carvalho (2006), são grupos que acabam influenciando outros públicos nos locais em que atuam, exercendo seus diferentes papéis sociais, como por exemplo, na família, com amigos, na escola e outros.

A proposta de sujeitos ecológicos está em consonância com a corrente critico- reflexiva da educação ambiental, a partir da perspectiva de Paulo Freire de que a aprendizagem acontece na ação, pela ação e para ação, como unidade de ação-reflexão-ação e também, com a Política Nacional de Educação Ambiental, no seu Art. 5 - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I- O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II- A garantia da democratização das informações ambientais;

III- O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV- O incentivo a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

Dessa forma, esta proposta visa oportunizar processos de fomento ao engajamento e qualificação de jovens dos municípios impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão, para a partir do desenvolvimento de aspectos da liderança, possa ser elaborado e implantado projetos territoriais voltados ao desenvolvimento da bacia do Rio Doce.

Projeto é entendido aqui, como um meio de construção e organização de propostas/sonhos, sendo de acordo com Moura e Barbosa (2006), um empreendimento que tem em vista produzir algo novo, com a finalidade de mudança através da melhoria de processos, da solução de problema, do atendimento de necessidades, da produção de conhecimento, etc.

A revitalização é tratada a partir da prática social dos atores, que é tanto o ponto de partida quanto de chegada das ações propostas, pois o que é fundamental nessa ação não é o resultado em si, mas o processo educativo e transformador ao qual o público é submetido. Assim, os projetos serão formatados a partir da percepção/olhares dos jovens em relação ao território em que estão inseridos, o que pode ou não influenciar ou ter até mesmo relação direta com os PPPT's (Projeto 2).

O escopo desse projeto está baseado em três etapas que estão diretamente relacionadas: (i) mapeamento e mobilização dos jovens; (ii) integração e qualificação dos jovens; e (iii) implementação e avaliação dos projetos, conforme demonstra figura a seguir:

Projeto 3: FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS JOVENS

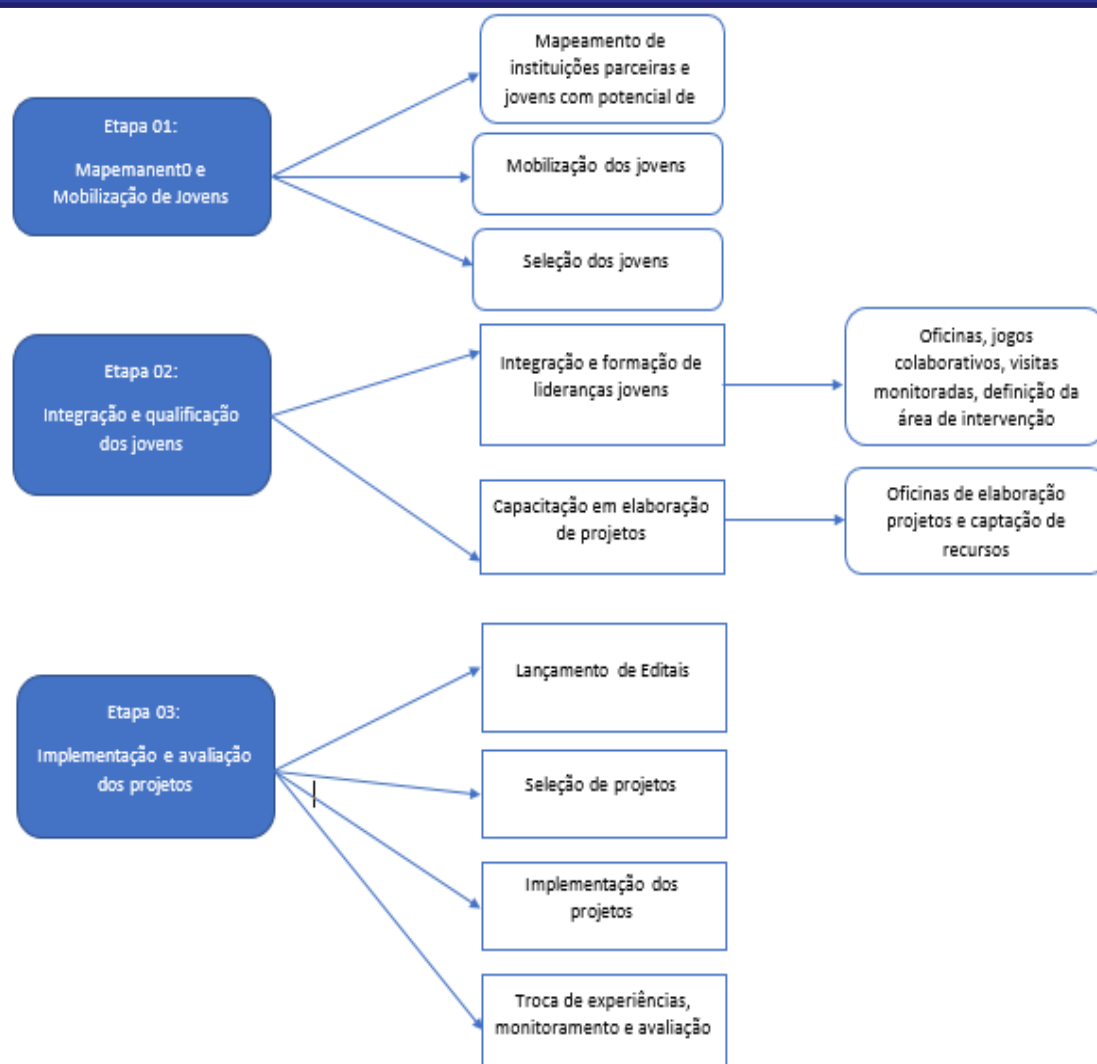


Figura 14: Principais Etapas do Projeto Formação de Lideranças Jovens

A etapa 1, mapeamento e mobilização dos jovens, é entendida como um processo de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO, 2007, p.05). As pessoas

serão convidadas através de mídias eletrônicas e impressas, visitas aos territórios e encontros locais, para o levantamento de parceiros e instituições que tenham o foco no trabalho com jovem e interesse na proposta. Também, para levantar e atrair, principalmente, jovens de forma espontânea que tenham interesse em participar independente da vinculação ou participação em alguma instituição.

Após seleção e definição dos grupos de trabalho, inicia-se a segunda etapa, integração e qualificação dos jovens. Para isso, propõe-se um processo de engajamento baseado na formação da juventude com fundamentos concretos pautados no desenvolvimento de aspectos de liderança e vontades comuns para que se possa sonhar o futuro, com utilização de oficinas, jogos colaborativos, visitas monitoradas e definição da área de intervenção.

Durante esse percurso, é possível conhecer juntos os desafios e potencialidades da bacia, promovendo uma cultura de cooperação e vontades comuns para atuar no desenvolvimento territorial/local, que serão organizadas e apresentadas através de projetos, como já dito, que poderá ou não ter relação com os PPPT's. Para elaboração dos projetos, serão organizadas oficinas de elaboração de projetos e captação de recursos.

O apoio a implementação dos projetos será tanto via editais quanto através de convênio ou parceria com instituições de referência de acordo com as demandas que surgirem. Neste último caso, o projeto a ser apoiado será submetido à Câmara Técnica para aprovação, que definirá também o cronograma de implementação.

A etapa três, implementação e avaliação, será através do lançamento de editais em quatro ciclos, que duram 2 anos, totalizando 8 anos de implementação do Projeto (ver cronograma abaixo). A cada ciclo, o primeiro ano será destinado ao processo formativo de jovens, elaboração dos editais e seleção dos projetos a serem apoiados. Já o segundo ano será dedicado exclusivamente a implementação dos projetos. A cada ciclo, serão

selecionados e apoiados até 20 projetos, sendo o mínimo dois por ano. Ao final de cada ciclo, também serão previstos encontros para troca de experiências na implantação dos projetos.

O acompanhamento e monitoramento das ações serão realizados por consultoria especializada e acontecerão ao longo de todo o ciclo. Este processo apoiará tanto o período preparatório quanto com ajustes durante a implantação dos projetos, e também, no aprimoramento dos editais que deverão ser lançados a cada ano.

Projeto 3: Formação de Lideranças Jovens

Objetivos

Oportunizar processos formativos de engajamento e qualificação de jovens para elaborar e implantar projetos territoriais voltados à revitalização ambiental, social, econômica e cultural da bacia do Rio Doce.

Objetivos específicos:

1. Mobilizar e engajar jovens na revitalização do Rio Doce;
2. Elaborar projetos a partir da escuta dos jovens que retratem a necessidade e realidade do território em que vivem, a partir de suas percepções;
3. Proporcionar e aumentar a participação dos jovens nos processos territoriais em curso (conduzidos ou não pela Fundação Renova);
4. Contribuir para o fortalecimento de uma rede de atores e ações que trabalham com o protagonismo juvenil; e
5. Fomentar práticas de educação em rede para a revitalização da bacia do Rio Doce.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos: Os projetos apoiados devem estar conectados ou prever conexão com o desenvolvimento territorial da bacia do Rio Doce.

Premissas: Adesão de projetos e iniciativas territoriais de protagonismo juvenil

Restrições: Número pouco significativo de projetos a serem apoiados.

Escopo

- Fazer mapeamento e mobilização de atores locais (parcerias, instituições e jovens) que atuem com a temática proposta ou que tenham ações com juventude.
- Realizar processo de qualificação e apoio aos atores locais para elaboração e implantação dos projetos;
- Elaborar o edital de seleção de projetos;

- Lançar o edital para implantação de projetos;
- Acompanhar e monitorar a implementação dos projetos;
- Avaliar as ações dos projetos a partir dos resultados do monitoramento;
- Realizar encontros de troca de experiências sobre os projetos realizados; e
- Avaliar as necessidades de readequação no edital para o próximo ciclo.

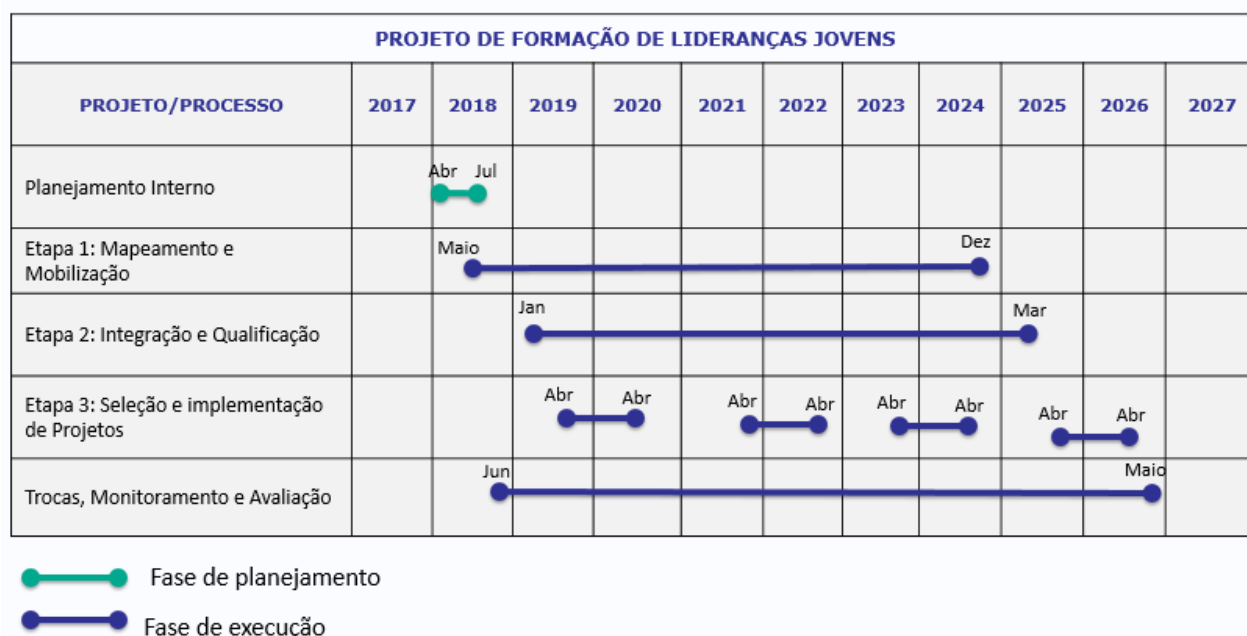


Figura 15: Cronograma projeto 3: Formação de lideranças jovens.

Papeis e Responsabilidades

Tabela 4: Papéis e responsabilidades do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

Processos/ Projetos	Descrição dos Papéis e Responsabilidades	Área ou Órgão Responsável Definição	Área ou Órgão Responsável Execução	Área ou Órgão Responsável Validação
Processo: Interfaces Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	Planejamento integrado – redesenho de projetos e processos	Fundação (programas de interface), PERBRD ¹⁴	Fundação (programas de interface), PERBRD	Câmaras Técnicas/CIF
	Mobilização público alvo	Fundação (programas de interface), PERBRD	Contratadas	Fundação (programas de interface), PERBRD
	Eventos de engajamento de atores locais: Cartografia Social (análise da paisagem), diagnósticos participativos, construção de planos de futuro	Fundação (programas de interface), PERBRD	Contratadas	Fundação (programas de interface), PERBRD
	Capacitação de atores locais	Fundação (programas de interface), PERBRD	Contratadas	Fundação (programas de interface), PERBRD
Projeto: Fortalecimento de Redes e Políticas Públicas	Capacitação/Assistência Técnica às instituições mapeadas	Fundação, PERBRD	Contratadas	Fundação, PERBRD
	Mobilização do atores locais e Elaboração dos PPPTs	Fundação, PERBRD	Rede de instituições	Fundação, PERBRD
	Implementação dos PPPTs	Fundação, PERBRD	Rede de instituições	Fundação, PERBRD
Projeto: Formação de Formadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce	Articulação institucional	Fundação, PERBRD	Contratadas	Fundação, PERBRD
	Cursos de Formação de Facilitadores online e presencial	Fundação, PERBRD	Contratadas	Fundação, PERBRD
	Implementação dos projetos de escolas experimentais para revitalização da Bacia do Rio Doce	Fundação, PERBRD	Contratadas e comunidade escolar	Fundação, PERBRD
	Curso de pós-graduação em Educação Ambiental à luz da Revitalização da Bacia do Rio Doce	Fundação, PERBRD	Contratada	Fundação, PERBRD
Projeto: Formação de Lideranças Jovens	Mapeamento e mobilização dos jovens	Fundação, PERBRD	Contratadas e jovens das comunidades	Fundação, PERBRD
	Integração e qualificação dos jovens	Fundação, PERBRD	Contratadas e jovens das comunidades	Fundação, PERBRD
	Implementação e avaliação dos projetos	Fundação, PERBRD	Contratadas e jovens das comunidades	Fundação, PERBRD

¹⁴ Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce.

5 Plano de resultados

Indicadores do Programa

A natureza do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce é de mobilizar a sociedade para construir cenários possíveis para que esse desafio seja alcançado. Sendo assim, algumas metas e resultados serão construídos no decorrer da execução do próprio programa. Contudo, buscou-se apresentar, neste momento de concepção e escopo, metas e indicadores de processos medidos em percentual.

Indicadores para gestão de processos são aqueles focados em como as tarefas são realizadas e servem para medir o desempenho e verificar o atingimento ou não dos objetivos planejados.

Ao longo da execução do programa serão definidas metas, indicadores de efetividade/impactos e **prognóstico**, a partir dos diagnósticos elaborados em cada projeto.

Sendo assim, e conforme solicitação da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo, por meio da Nota Técnica nº 007 de 20 de março de 2018, será criado um **Grupo de Trabalho**, que terá como objetivo a definição de indicadores de efetividade, que verifiquem o engajamento e a capacidade de transformação operada pelo público atendido pelo programa.

As fichas de indicadores apresentadas abaixo descrevem a proposta dos indicadores de processo os quais, serão detalhados os números absolutos nos projetos executivos, previsto para 31 de agosto de 2018, o que permitirá a medição dos percentuais apontados para cada indicador.

Tabela 5: Indicadores do Programa.

CLASSE/Projeto	INDICADOR	UNIDADE	META
Eficácia	-----	-----	-----
Processo Interfaces Educação para o Planejamento de Territórios Sustentáveis	I01 – Percentual de planos participativos de futuro aprovados.	%	50% em relação à linha de base (número de planos participativos de futuro previstos por famílias/atores/comunidades inscritas/beneficiadas pelos programas da Fundação Renova - a ser definido nos planejamentos e redesenho de programas/projetos).
	I02 – Percentual de eventos realizados para capacitação e engajamento dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova.	%	100% em relação aos eventos demandados/planejados.
Projeto Fortalecimento de rede e de políticas públicas para revitalização	I03 – Percentual de instituições capacitadas.	%	50% em relação à linha de base (instituições mapeadas)
	I04 – Percentual de coletivos educadores formados.	%	50% das instituições capacitadas formando coletivos nos municípios atingidos.
	I05 – Percentual de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) entregues	%	100% dos municípios que aderirem à proposta dos PPPTs.
	I06 – Percentual de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) implementados	%	50% dos projetos políticos pedagógicos territoriais implementados.
Formação de Educadores para Mudanças Educacionais e Escolas Experimentais para Revitalização do Rio Doce	I07 – Percentual de gestores públicos capacitados pelo curso à distância	%	50% em relação à linha de base (inscritos).
	I08 – Percentual de professores capacitados no curso de Formação de Facilitadores	%	50% em relação à linha de base (inscritos)
	I09 – Percentual de Escolas Experimentais para a Revitalização da Bacia do Rio Doce implantadas.	%	100% em relação à linha de base (pelo menos uma escola por município implantada).

Formação de Lideranças Jovens	I10 – Percentual de jovens capacitados	%	80% (em relação à linha de base: número de jovens inscritos)
	I11 – Percentual de editais lançados	%	100% (em relação à linha de base: 1 edital por ciclo, total de 4 editais.)
	I12 – Percentual de projetos de liderança juvenil implementados	%	10% (em relação à linha de base: projetos selecionados pelos editais)

Fichas dos indicadores

As descrições detalhadas dos indicadores estão nas fichas a seguir.

I01 – Percentual de planos participativos de futuro aprovados.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Garantir a participação dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova na construção e aprovação dos planos participativos de futuro		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	01/19		01/27
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{PPF-APRO}{PPF-PREV} \times 100$$

Nome do numerador: PPF – APRO - Planos participativos de futuro de futuro aprovados pelas famílias/atores/comunidades que participam do programa de interface.

Definição	Número de planos participativos de futuro aprovados pelas famílias/atores/comunidades envolvidas (os) nas ações de interface (Programa da Fundação Renova e Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce, ex: nascentes, APPs, etc).
-----------	--

<p>Fonte e método de medição/coleta do parâmetro</p>	<p>Protocolo de entrega dos planos de futuro assinados pelos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova. Os protocolos de consentimento serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.</p> <p>A meta de atingir 100% (em relação à linha de base: número de famílias/atores inscritos nos programas da Fundação Renova) de participação na construção e aprovação dos planos só será possível se não houver declínio de inscritos no processo. Por isso, o participante que declinar será retirado da memória de cálculo.</p> <p>A denominação plano participativo de futuro é genérica para todos os programas, porém no planejamento e execução podem ser definidos outros nomes, conforme realidade e necessidade de cada interface, como por exemplo: Projeto Individuais de Propriedade (PIP) para a interface de Educação – Nascentes/APPs ou Projeto de Adequação Socioeconômica e Ambiental das Propriedades Rurais (PASEA) para interface: Educação – Retomada das Atividades Agropecuárias.</p>
<p>Nome do denominador: PPF-PREV –Planos Participativos de Futuro previstos</p>	
<p>Definição</p>	<p>Número de planos participativos de futuro previstos por famílias/atores/comunidades inscritas (os) nas ações de interface (Programa da Fundação Renova e Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce. Exemplo: nascentes, APPs, etc).</p>
<p>Fonte e método de medição/coleta do parâmetro</p>	<p>A forma de comprovação deste item dependerá de como cada programa estipula seus métodos de comprovação de inscrição, podendo ser, dentre outros os seguintes:</p> <p>Lista de inscrição;</p> <p>Protocolos de consentimento;</p> <p>Termos de adesão.</p> <p>Independente de qual for a forma de comprovação, seu arquivamento ocorrerá no SharePoint na pasta do programa.</p>

I02 – Percentual de eventos realizados para capacitação e engajamento dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Garantir a realização dos eventos de capacitação e engajamento dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	12/18		12/27
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{ECE-REAL}{ECE-PREV} \times 100$$

Nome do numerador: ECE-REAL –Eventos de capacitação e engajamento realizados.

Definição	Número de eventos de capacitação e engajamento dos atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova realizados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de realização dos eventos de capacitação e engajamento realizados, seu arquivamento ocorrerá no SharePoint na pasta do programa.

Nome do denominador: ECE-PREV –Eventos de capacitação e engajamento planejados/demandados

Definição	Número de eventos de capacitação e engajamento previstos - planejados ou demandados (cursos, oficinas, dias de campo) para os atores locais envolvidos nos programas da Fundação Renova.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	<p>A forma de comprovação deste item dependerá de como cada programa estipula seus métodos de planejamento e levantamento de demandas de capacitação e engajamento de seu público.</p> <p>Esta relação (número de eventos) pode ser apresentada (a partir de proposta de trabalho e/ou relatórios de monitoramento de execução da proposta) no momento de planejamento da interface ou no decorrer da execução, conforme realidade e necessidade local. Abaixo são relacionados alguns eventos que podem constar no momento do planejamento:</p> <p>01 - Oficinas de Protocolo de Consentimento;</p>

02 – Vistas técnicas para mapeamento/levantamento da realidade –
Cartografia Social;
03 – Oficinas de Diagnóstico Rápido/Rural Participativo;
04 – Dias de Campo.
05 – Eventos de intercâmbios e troca de saberes.
Os registros de cursos/eventos de capacitação e participantes serão
arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I03 – Percentual de instituições capacitadas.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Capacitar pelo menos 50% das instituições mapeadas		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	04/20		04/21
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{INST-CAP}{INST-MAP} \times 100$$

Nome do numerador: INST-CAP – Instituições capacitadas.

Definição	Número de instituições mapeadas participantes de eventos de capacitação.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de realização dos cursos com a indicação de instituições mapeadas participantes. Os registros das instituições mapeadas e capacitadas serão arquivados no SharePoint na pasta do programa

Nome do denominador: INST-MAP – Instituições mapeadas

Definição	Número de instituições mapeadas.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório - Diagnóstico da rede

I04 – Percentual de coletivos educadores formados.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar a capacidade das instituições de se auto-organizarem e mobilizarem a sociedade para formarem coletivos educadores nos municípios atingidos		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	04/21		05/25
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{COL-FORM}{INST-CAP} \times 100$$

Nome do numerador: COL-FORM – Rede/coletivos formados

Definição	Número de coletivos educadores formados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de acompanhamento da mobilização atores locais (pelas instituições capacitadas – Rede) e formação dos coletivos educadores em cada município. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

Nome do denominador: INST -CAP –Instituições capacitadas

Definição	Número de instituições capacitadas
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de realização dos cursos com a indicação de instituições capacitadas. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I05 – Percentual de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) entregues

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Garantir a participação dos coletivos na condução e elaboração dos projetos políticos pedagógicos territoriais		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	05/21		05/21
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{PPPT-ELAB}{PPPT-PREV} \times 100$$

Nome do numerador: PPPT-ELAB – Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais (PPPTs) elaborados.

Definição	Número de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais elaborados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	<p>Será evidenciado pelos termos de entrega dos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais assinados pelos coletivos educadores de cada município. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.</p> <p>A meta de atingir 100% dos municípios que aderiram aos PPPTs só será possível se não houver declínio destes no processo. Por isso, o município que declinar será retirado da memória de cálculo.</p> <p>Ao declinar do processo o município deverá formalizar essa decisão à Fundação Renova.</p>

Nome do denominador: PPPT-PREV – Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais previstos/pactuados.

Definição	Número de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais previstos/pactuados pelos planos de ação com os coletivos educadores em cada município.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Plano de Ação do município, coletivo educador e Fundação Renova. Serão assinados com os coletivos educadores/municípios planos de ações estabelecendo as atividades, o cronograma e responsabilidades necessárias para elaboração dos PPPTs. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I06 – Percentual de Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais implementados.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Fomentar a implementação de pelo menos metade dos projetos políticos pedagógicos territoriais elaborados		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	05/22		05/25
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{PPPT-IMP}{PPPT-ELAB} \times 100$$

Nome do numerador: PPPT-IMP – Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais Implementados.

Definição	Número de projetos políticos pedagógicos territoriais implementados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatórios de monitoramento de implementação dos PPPTs. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa. A meta de atingir 50% dos PPPTs implementados está relacionada às ações que ficarem sob a responsabilidade da Fundação Renova, quando ocorrer a elaboração dos mesmos..

Nome do denominador: PPPT-ELAB – Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais elaborados.

Definição	Número de projetos políticos pedagógicos territoriais elaborados
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatórios de monitoramento de elaboração dos PPPTs. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I07 – Percentual de gestores escolares capacitados pelo curso de Formação à Distância

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Capacitar pelo menos a metade dos gestores escolares inscritos no Curso de Formação à Distância		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	04/19		04/25
Fórmula de cálculo			

$$I7 = \frac{GESTESC-CAP}{GESTESC-INS} \times 100$$

Nome do numerador: GESTESC - CAP –Gestores escolares capacitados.

Definição	Número de gestores escolares capacitados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de realização dos cursos com a indicação dos gestores escolares capacitados

Nome do denominador: GESTESC-INS – Gestores escolares inscritos

Definição	Número de gestores escolares inscritos no Curso de Educação à Distância do programa.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Lista de gestores escolares inscritos no Curso de Educação à Distância do programa. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I08 – Percentual de professores capacitados no Curso de Formação de Facilitadores.

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Capacitar pelo menos a metade dos professores inscritos no Curso de Formação de Facilitadores		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	50%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	02/21		02tabe/27
Fórmula de cálculo			

$$I10 = \frac{PROF-CAP}{PROF-INSC} \times 100$$

Nome do numerador: PROF-CAP – Professores capacitados

Definição	Número de professores capacitados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de realização dos cursos com a indicação dos professores capacitados

Nome do denominador: PROF-INSC – Professores inscritos

Definição	Número de professores inscritos no Curso de Formação de Facilitadores.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Lista de professores inscritos no Curso de Formação de Facilitadores. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I09 – Percentual de escolas experimentais para revitalização da Bacia do Rio Doce implantadas

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Implantar pelo menos uma escola experimental para revitalização da Bacia do Rio Doce nos municípios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão (Anexo 01)		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	02/21		02/25
Fórmula de cálculo			

$$I1 = \frac{PEE-ELAB}{PEE-IMP} \times 100$$

Nome do numerador: PEM-IMP – Projetos Escolas Experimentais Elaborados.

Definição	Número de projetos de escolas experimentais elaborados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Será evidenciado pelos relatórios de monitoramento do Curso de Formação de Facilitadores, que definirá o Plano de Ação das Escolas Modelo a serem implantadas em cada município. Os planos serão entregues às Secretarias Municipais de Educação e às direções das escolas experimentais. No ato dessas entregas, Protocolos de Recebimento serão assinados e esses documentos também servirão de base para o atendimento do indicador. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

Nome do denominador: PEE-IMP – Projetos Escolas Experimentais Implementados

Definição	Número de projetos de escolas experimentais implementados em cada município impactado.
-----------	--

I10 – Percentual de jovens formados

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Formar pelo menos 80% dos jovens inscritos no projeto		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	12/18		12/25

Fórmula de cálculo

$$I12 = \frac{JOV-CAP}{JOV-insc} \times 100$$

Nome do numerador: JOV - CAP – Jovens Capacitados.

Definição	Número de jovens capacitados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de capacitação dos jovens. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

Nome do denominador: JOV - INSC – Jovens Previstos.

Definição	Número de jovens inscritos no projeto.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de jovens mobilizados e inscritos no projeto. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I11 – Percentual de editais lançados

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Lançar pelo menos um edital para projetos de lideranças jovens por ano, durante 4 anos.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	01/19		01/25
Fórmula de cálculo			

$$I12 = \frac{ED-LANC}{ED-PREV} \times 100$$

Nome do numerador: ED - LANC –Editais de Lideranças Jovens Lançados.

Definição	Número de editais de lideranças jovens lançados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de editais previstos/lançados. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

Nome do denominador: ED - PREV – Editais de Lideranças Jovens previstos.

Definição	Número de editais de lideranças jovens previstos.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de monitoramento de editais previstos/lançados. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

I12 – Percentual de projetos de liderança juvenil implementados

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Implementar pelo menos 02 projetos selecionados pelos editais de liderança juvenil nos territórios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	12 meses	10%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	05/19		05/27
Fórmula de cálculo			

$$I12 = \frac{PLJPJEM-IMP}{PLJ-SELEC} \times 100$$

Nome do numerador: PLJ - IMP –Projeto Liderança Juvenil Implementados.

Definição	Número de projetos de liderança juvenil implementados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A meta de atingir 10% de projetos implementados está relacionada à quantidade de projetos selecionados pelos editais por ano. Relatório de monitoramento de projetos implantados. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

Nome do denominador: PLJ - SELEC –Projeto Liderança Juvenil Selecionados.

Definição	Número de projetos de liderança juvenil selecionados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Cada edital selecionará no mínimo 2 e no máximo 20 projetos por ano. Relatório de monitoramento de projetos selecionados por edital. Os registros serão arquivados no SharePoint na pasta do programa.

Critérios para encerramento do programa

O encerramento do programa será realizado num prazo de dez anos após aprovação desta definição pelo CIF, de acordo com a cláusula 172 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC e de acordo com os critérios abaixo:

- O Projeto de Fortalecimento de Redes e de Políticas Públicas para Revitalização se encerra quando as ações previstas nos Projetos Políticos Pedagógicos Territoriais forem implementadas (conforme indicador I06).
- O Projeto Formação de Educadores e Escolas Experimentais para Revitalização da Bacia do Rio Doce se encerra quando todos os municípios tiverem os cursos de formação realizados e pelo menos 50% das escolas com o projeto de escola experimental para revitalização da Bacia do Rio Doce implementado (conforme indicador I09).
- O Projeto de Formação de Lideranças Jovens se encerra quando pelos menos 10% dos projetos de liderança juvenil selecionados forem implementados (conforme indicador I12).

Monitoramento e Avaliação

O limitado sucesso na execução de programas sociais, em sua grande maioria está intimamente relacionado ao desconhecimento de seus efeitos e impactos. Para medição desses resultados existem vários modelos que dependendo do que se queira inferir podem ser adequados.

Segundo Buvinich “os resultados da avaliação possuem mais chances de serem utilizados quando o monitoramento e a avaliação são parte integral do gerenciamento do programa e quando estes são conduzidos de forma permanente pela gerência do mesmo”.

O conceito desses dois termos, monitoramento e avaliação, é empregado em vários contextos o que dificulta e confunde a execução destas ferramentas. Para esta proposta adotaremos o conceito de monitoramento dado por Buvinich:

Envolve a coleta de informação sobre insumos, produtos, atividades e circunstâncias que são críticas e relevantes para a efetiva execução do programa ou projeto. Através dessa informação, o monitoramento analisa e verifica, num processo contínuo, se os recursos e as atividades estão sendo executados segundo o programado e se as metas sobre os resultados estão sendo alcançadas ou não, indicando, ao mesmo tempo, as razões de sucesso e insucesso. Em outras palavras, o monitoramento fornece a informação e as sugestões necessárias para que a gerência do programa verifique o progresso do trabalho, a fim de tomar as decisões cabíveis, no sentido de que as metas do programadas sejam alcançadas e/ou ajustadas. (BUVINICH, 1999)

Sendo assim, o monitoramento e a avaliação do Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio doce se darão de forma continuada, durante sua execução, em duas vertentes:

1. **Monitoramento/Avaliação de processos:** serão examinados os procedimentos adotados e as ações empreendidas, possibilitando uma análise capaz de retroalimentar propostas e fornecer subsídios para eventuais correções de rumos. Este acompanhamento será realizado em quatro instâncias:
 - a. Pela equipe do programa, em reuniões periódicas;
 - b. Pela equipe do programa em conjunto com as equipes de outros programas da Fundação Renova, quando for relacionada a situações de interface,
 - c. Pela equipe do programa em conjunto com a Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo em reuniões ordinárias e extraordinárias, e
 - d. Em conjunto com os públicos atendidos, constituindo-se reuniões/fóruns/encontros com representantes dos grupos afins. É

necessário considerar, nestas reuniões, o acompanhamento no atendimento das metas apontadas.

2. **Avaliação de resultados:** a partir da análise das metas e dos indicadores constituídos para este programa, durante e após a execução do mesmo, permitir-se-á analisar o andamento dos trabalhos e o atendimento de seus objetivos. Esta aferição deverá ser feita através do recolhimento e análise de dados, expressos nos monitoramentos, diagnósticos e prognóstico do programa. É necessário analisar os resultados alcançados com a execução e cada projeto e a eficiência das ações desenvolvidas. Poder-se-á considerar a construção de novos instrumentos de avaliação de processo e de resultado com o decorrer das atividades da equipe.

6 Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). 3.ed. Brasília: MMA, 2005.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios: volume 5 – Organização da oficina territorial de educação ambiental e agricultura familiar/Alex Barroso Bernal, Organizador. Brasília: MMA, 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 258p.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Dematteis, G.; Governa, F. **Territorio y territorialidad en el desarrollo local: La contribución del modelo SLOT**. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, n.39. p. 31-58, 2005.

LIMEIRA, M.C.M. **Capacitação social como estratégia para restauração de rios: gestão adaptativa e sustentável**. 2008. Tese (Doutorado) - UFPB/PPGRH, Campina Grande, 2008.

MACHADO, Antônio Thomaz da Mata. A construção de um programa de revitalização na bacia do Rio São Francisco. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 195-210, jan. 2008. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10301>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

RABINOW, P. **French modern: norms and forms of the social environment**. MIT Press, 1989 (University of Chicago Press, 1995).

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENNÓ, Fernanda de Andrade Pinto. **Le Sertão Mineiro:** Um territoire à la recherche de ses paysages et de ses identités. 2009.These (Doctorat)- I" Université de Toulouse Le Mirail, Toulouse, 2009.

TONSO, S. Cardápio de aprendizagem. In: **Encontros e caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 47-56. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

UMMUS, Rafael Eichemberger. **Relatório Analítico-Propositivo.** Subprograma de Fortalecimento da Rede de Práticas de Revitalização da Bacia do Rio Doce. Fundação renova, 2017.

MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com projetos:** planejamento e gestão de projetos educacionais. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 293p.

TORO, Bernardo José; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRAJBER, Rachel. **Relatório Consolidado de Aportes teórico-conceituais, analíticos e estratégicos.** Oficina do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do rio Doce: diálogos com a gestão pública. Fundação Renova, 2017.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político pedagógico:** uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995.

Bibliografia consultada

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Revitalização de Bacias Hidrográficas**.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agua/bacias-hidrograficas/revitaliza%C3%A7%C3%A3o-de-bacias-hidrogr%C3%A1ficas>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Casa Civil. Decreto 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n 9795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BUVINICH, Manuel Rojas. **Ferramentas para o monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais**. Unicef, 1999.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia. Panorama da juventude ambientalista. In: BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas. Brasília: Unesco, 2006. Cap.1. p.23-52.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO RENOVA. Termo de ajustamento de conduta (TTAC). Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>>. Acesso em 10 de outr. 2017.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996. 115p.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 1. p.15-29.

JACOBI, P. R. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, mai/ago. 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 343p.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 537p.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. 439p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 239p.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental no Brasil**: formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2011. 249p. (Coleção Papirus Educação).

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 213p.

MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações no curso de especialização da UFPR. 2007. 233f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v.13). 128p.

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória.** In: LAYRARGUES, Philippe P. (Coord.) *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Educação Ambiental, 2004, p. 113-140.

7 Anexos

ANEXO 01: Relação dos municípios Área Ambiental 1

Anexo 02: Relatório Analítico do Encontro de Prosa e Saberes

Anexo 03: Relatório Analítico da Oficina Diálogos com a Gestão Pública

Anexo 04: Notas Técnicas nº 3 e 7 – Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo

Anexo 05: CARDÁPIO DE APRENDIZAGEM- Programa de Educação para a Revitalização de Bacias

Anexo 06: Diretrizes Gerais

Anexo 07: Relatório – Contribuições Virtuais para o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce e planilha com as contribuições virtuais.